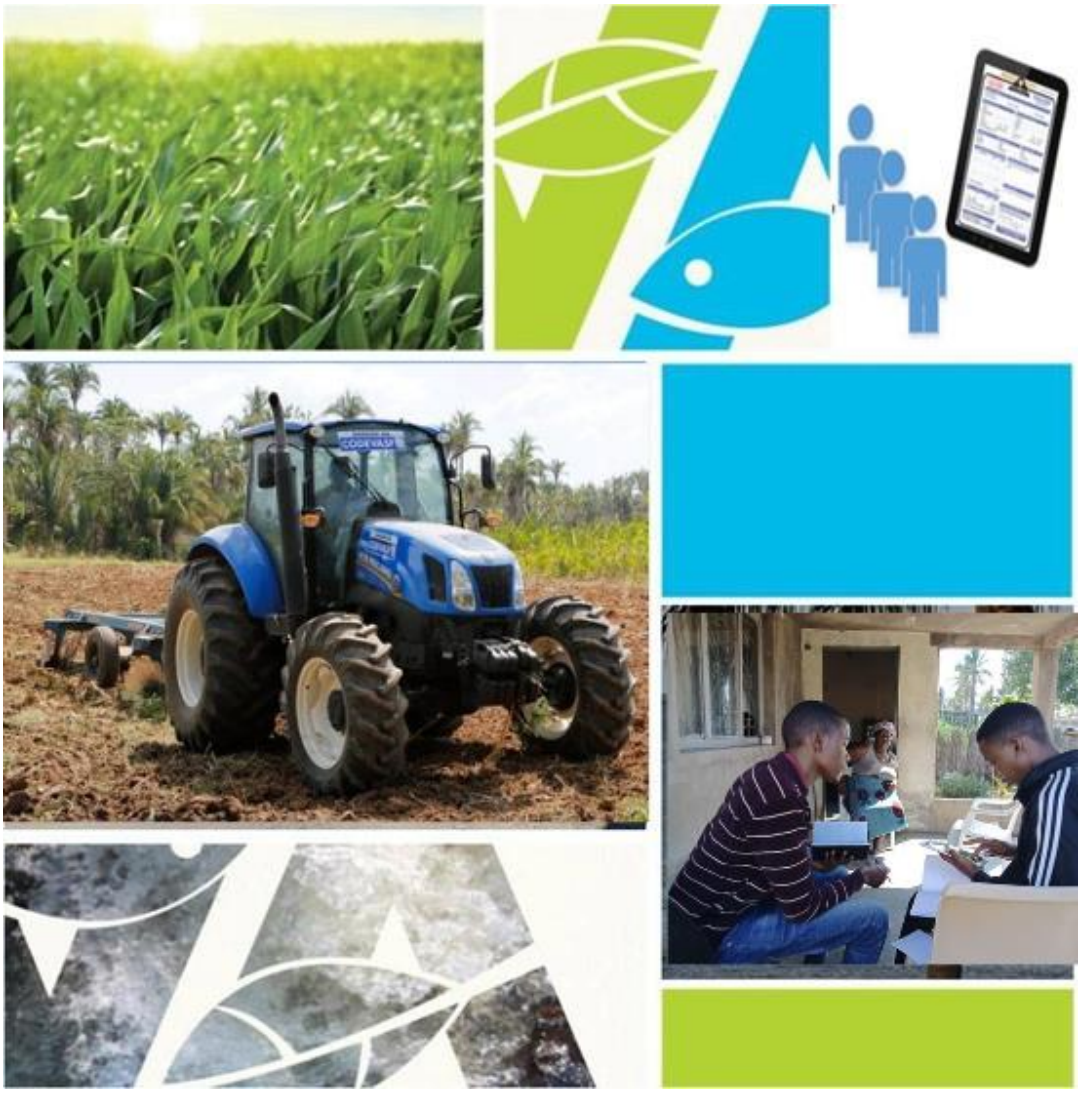
PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS (PEPI)

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA LINHA DE TRANSPORTE DE ENERGIA DE 400KV SONGO-MATAMBO (P179797)

FASE 1 DA ABORDAGEM PROGRAMÁTICA EM VÁRIAS FASES



Maputo, Abril de 2024

VERDE AZUL Consult Lda

110 Rua Fernando Ganhão

Maputo, Mozambique

www.verdeazul.co.mz

T: +258 (21) 486 213/4

F: +258 (21) 499 519

E: info@verdeazul.co.mz

ÍNDICE

1. Introdução 4

1.1. Objetivo de Desenvolvimento do Projeto e Componentes 5

1.2. Objetivo/ Descrição do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) 6

2. Identificação e análise das partes interessadas por componente do projeto 7

2.1. Metodologia 7

2.2. Identificação das Partes Interessadas 7

2.2.1. Partes afectadas pelo Projeto (PAPs) 7

2.2.2. Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis 16

3. Programa de Envolvimento das Partes Interessadas 17

3.1. RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO E DOS MÉTODOS, FERRAMETNAS E TÉCNICAS PARA O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS 24

3.2. Estratégia proposta para Incorporar o ponto de vista dos grupos vulneráveis 37

4. Recursos e responsabilidades para implementar o envolvimento das partes interessadas 39

4.1. Arranjos e recursos de implementação 39

4.1.1. Funções e responsabilidades de gestão 39

4.1.2. Recursos 41

5. Mecanismo de gestão de reclamações sensível a aspectos EAS/AS 42

5.1. PRINCÍPIOS DO MGR-EAS/AS 42

5.2. Níveis do Mecanismo de gestão de Reclamações, Composição e Responsabilidades 43

5.3. Canais de Acesso ao MGR 44

5.4. Descrição do Mecanismo de gestão de Reclamações 45

5.4.1. Apresentação de queixas 45

5.4.2. ETAPAS DO MGR-EAS/AS 46

5.4.3. Tratamento de Alegações e Medidas Disciplinares 52

5.5. Queixas de exploração e abuso sexual/assédio sexual (EAS/AS) 53

5.5.1. Definições 53

5.5.2. Procedimento EAS/AS 54

5.5.3. Processamento, resolução e encerramento da queixa 55

5.6. Serviço de reparação de queixas do Banco Mundial 56

6. Monitoria e Relatórios 57

6.1. Resumo da forma como o PEPI será monitorado e comunicado 57

6.2. Apresentação de relatórios aos grupos de partes interessadas 59

7. LIÇÃO APRENDIDA 64

8. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A COMUNICAÇÃO 66

Anexo 1. Arranjo Institucional para a Operacionalização, Monitoria e Avaliação do PEPI e MGR 67

Anexo 2. Registro de consultas realizadas 70

Anexo 3. **Formulário Para Registo De Reclamações** 85

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa do trajecto de Linha Songo-Matambo e a Localização Administrativa do Projecto. 5
Figura 2. disposições de implementação do envolvimento das partes interessadas 40
Figura 3. Mecanismo de Gestão de reclamações (MGR-EAS/AS -EDM) 45
Figura 4. arranjo institucional para a implementação e supervisão do MGR 48

Lista de Tabelas

Tabela 1: Partes INTERESSADAS E AFECTADAS Pelo projeto (papS) 8
Tabela 2: Consultas públicas realizadas anteriormente 17
Tabela 3: resumo do plano de engajamento das partes interessadas 24
Tabela 4. Medidas para eliminar os obstáculos a uma participação plena e activa. 37
Tabela 5. Entidades responsáveis pela realização das actividades de envolvimento das partes interessadas. 39
TABELA 6. ETAPAS DE MGR 48
Tabela 7. Indicadores de monitoria 57
TABELA 8. Calendário de implementação do PEPI 61
Tabela 9. Licoes aprendidas 64

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique nomeou a Electricidade de Moçambique, E.P. para implementar o Projecto de Transporte de Energia da Espinha Dorsal do Sistema Nacional de Transporte de Energia (Projecto STE), um componente essencial do Projeto Energia para Todos da nova Estratégia Nacional de Electrificação (ENE). O Projecto STE visa reforçar a rede de transmissão de energia de Moçambique, enquanto o Projecto Energia para Todos tem como objectivo expandir o acesso à energia para todos os moçambicanos, sendo esses projectos fundamentais para o sucesso um do outro. Ambos estão alinhados com o Programa Quinquenal do Governo e o 7º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável, com o objectivo de fornecer energia a todos os moçambicanos que ainda não têm acesso e garantir a meta de Acesso Universal em 2030.

Uma iniciativa importante neste sentido é o projecto da linha de transporte de energia Songo-Matambo, que é uma parte integrante da Abordagem Programática Multifásica (APM) do Projeto do Corredor de Energia Verde (P179797). O projecto visa promover a transição para energias verdes em Moçambique e no Pool de Energia da África Austral (SAPP) através do reforço da rede de transporte, aumento do comércio regional de energia, promoção da produção de energia renovável e aumento da participação do sector privado. A Fase 1 da APM financiará os principais segmentos de transporte em Moçambique necessários para satisfazer a procura interna e reforçar a integração regional do PPEAA, iniciará a assistência técnica de base para permitir as energias renováveis à escala e avançará com as reformas estruturais e operacionais no sector da energia. Especificamente, esta fase financiará o corredor de transporte de Songo - Cataxa - Matambo, que fará avançar a integração da rede doméstica, permitirá uma maior evacuação das ER e possibilitará a integração regional com o Malawi e a Zâmbia. Assim sendo surge a necessidade de garantir que o projecto crie forma que através da qual garanta o envolvimento, a participação e o apoio de todos, daí a necessidade de Elaboração do presente Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

O Presente PEPI visa garantir a participação, envolvimento e apoio de todas as partes interessadas no projecto. Este documento delineia as estratégias e mecanismos para o envolvimento das partes interessadas, incluindo comunidades locais, autoridades governamentais, sector privado e organizações da sociedade civil. O PEPI tem como objectivo garantir que o projecto seja implementado de maneira transparente, responsável e sustentável, e que os benefícios do projecto sejam equitativamente compartilhados entre todas as partes interessadas.

Por outro lado, este PEPI delineia os objectivos, o escopo e as estratégias de envolvimento das partes interessadas do projecto da linha de transmissão Songo-Matambo, de acordo com os princípios das Normas Ambientais e Sociais 10 do Banco Mundial. O PEPI também delineia os mecanismos para monitorar e avaliar o impacto do projecto nas partes interessadas, e para abordar quaisquer conflitos ou reclamações potenciais que possam surgir durante a implementação do projeto. Assim como, prevê um modelo e cronograma de consulta para as fases seguintes do projecto, com carácter evolutivo e adaptado a cada grupo, com o principal objectivo de que as partes interessadas sejam consultadas de forma a garantir que suas opiniões e que as preocupações sejam integradas e abordadas pelo Projecto.

1.1 DESCRIÇÃO GERAL DO PROJECTO

O projecto, prevê a construção de uma linha de transporte de alta tensão em circuito simples de 118 quilómetros, 400 quilovolts (kV), da subestação de Songo (no distrito de Cahora Bassa) à subestação de Matambo, no distrito de Changara. A linha atravessará o local onde será construída a futura subestação de Cataxa no distrito de Marara, que irá integrar a central hidroelétrica de Mphanda Nkuwa. Por outro lado, o projecto prevê a ampliação da subestação de Songo para estender o barramento de 220 kV, instalar um novo transformador de mudança de fase de 600 MVA 220/220 kV que irá regular os fluxos da rede e um transformador elevatório de 3×200 MVA 220/400 (300) kV. O projecto também irá

renovar o actual transformador de 3×200 MVA 220/400 (300) kV. Serão igualmente efectuados trabalhos de grande envergadura na subestação de Matambo, que será ampliada no âmbito de Projecto Moçambique - Malawi. Nesta subestação, será construído um novo alimentador de 400 kV para recepção/integração da linha de 400 kV à SE de Matambo.

A linha de transporte de energia inclui uma zona de proteção parcial ou faixa de servidão de 50m de cada lado, estabelecida para garantir a preservação de recursos ambientais, sociais, históricos e culturais, bem como para assegurar proteção e segurança da linha de transporte, torres de energia e subestações. A ZPP também visa garantir a segurança das pessoas que vivem na área e ao redor da faixa de servidão. Durante a fase de construção, a ZPP estará isenta de todas as infraestruturas habitacionais, vegetação e árvores, necessário para proteger o sistema dos efeitos do vento, contacto com árvores e ramos, e outros riscos potenciais que podem resultar em falhas de energia, perigos para a população e/ou incêndios florestais.

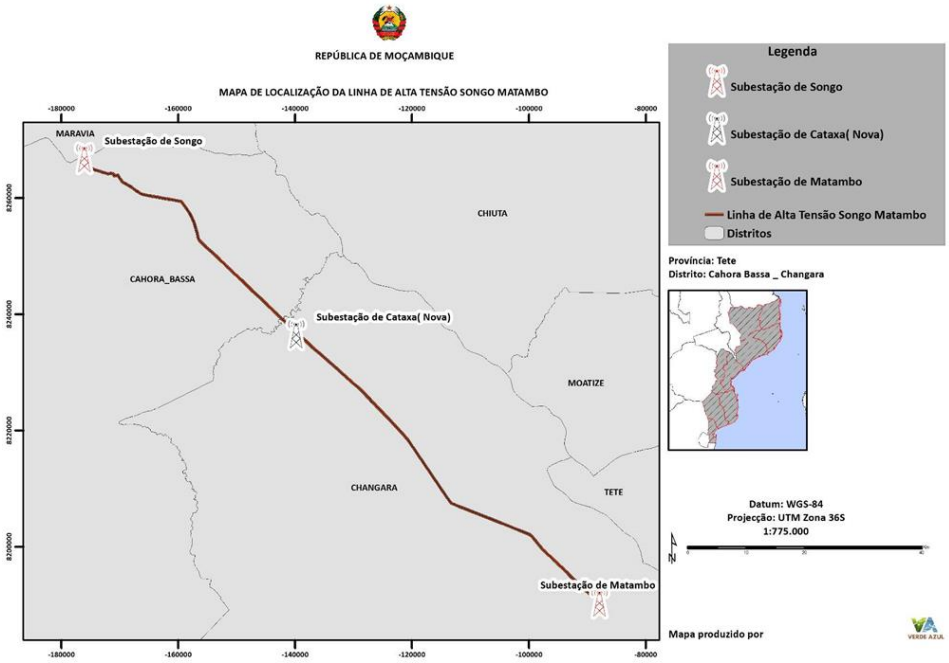


FIGURA 1. MAPA DO TRAJECTO DE LINHA SONGO-MATAMBO E A LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROJECTO.

1.1. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E COMPONENTES

O **objetivo de desenvolvimento do projeto** é reforçar a rede de transporte de energia eléctrica de Moçambique, aumentar o comércio regional de energia e permitir a participação do sector privado. Este será medido através dos indicadores seguintes: (i) Capacidade adicional de alojamento de transporte activada na rede de transporte da EDM (Megawatt); (ii) Capacidade adicional de comércio de eletricidade entre Moçambique e o Malawi (Megawatt); (iii) Plano de ação para a implementação do Operador de Sistema Independente adotado (Sim/Não).

Os componentes do projeto são:

Componente 1 - Reforço das infra-estruturas de transporte: Esta componente financiará a construção de uma nova linha de transporte de 400kV entre Songo e Matambo, via Cataxa, e a modernização das actuais subestações de Songo e Matambo.

Componente 2: Viabilizar as energias renováveis à escala: Moçambique necessita de um programa nacional coordenado para a implantação em larga escala de ER para maximizar a eficiência da aquisição competitiva e alavancar adequadamente o potencial de redução de riscos dos instrumentos de financiamento. A Fase-1 do APM apoiará o MIREME e a EDM na implementação de actividades, em coordenação com a ARENE, que preparam o terreno para a expansão da capacidade de energia renovável em Moçambique nas fases subsequentes, reflectindo as lições aprendidas com os programas de ER em curso.

Componente 3: Melhorar a Governação do Sector: À medida que o sistema de energia de Moçambique cresce, com o aumento da participação do sector privado e um papel mais importante para Moçambique na região da PPEAA, há uma necessidade de rever a organização institucional do sector de energia, a fim de adotar e otimizar a sua estrutura em relação às várias funções do sector. Para atingir os objectivos da reforma setorial e prestar um maior apoio às agências de execução, esta componente incluirá assistência técnica e apoio à execução.

1.2. Objetivo/ Descrição do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

O objetivo geral deste PEPI é definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a divulgação de informação pública e a consulta ao longo de todo o ciclo do projeto. O PEPI descreve as formas como a EDM irá comunicar com as partes interessadas e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem levantar preocupações, dar feedback ou fazer queixas sobre o projeto e quaisquer atividades relacionadas com o projeto. O PEPI enfatiza especificamente os métodos para envolver os grupos considerados mais vulneráveis e que correm o risco de ficar de fora dos benefícios do projeto.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS POR COMPONENTE DO PROJETO

2.1. METODOLOGIA

Para o Projecto Songo-Matambo, as partes interessadas foram identificadas e analisadas por componente do projeto. Estas partes interessadas incluem as partes afectadas, outras partes interessadas e indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis. O processo para identificação das partes interessadas inclui o seguinte, conforme Mundial B. , 2018:

- No início da avaliação ambiental e social do projeto, foi desenvolvida uma lista de partes afetadas pelo projeto e outras interessadas, prestando especial atenção à identificação de grupos desfavorecidos ou vulneráveis. Informações de qualquer avaliação preliminar de impacto social podem fazer parte dessa lista.
- Outras partes interessadas são identificadas listando grupos de interesse relevantes e considerando questões históricas, relações sociais, relações entre comunidades locais e o implementador do projeto, e quaisquer outros factores relevantes relacionados ao sector e localização que ajudem a antecipar respostas locais e externas ao projeto.
- Realização de consultas/debates com representantes das partes interessadas identificadas e com pessoas bem informadas sobre os contextos locais, nacionais e sectoriais. Atenção especial deve ser dada à identificação de grupos desfavorecidos ou vulneráveis.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

2.2.1. PARTES AFECTADAS PELO PROJETO (PAPS)

As PAPs que são aquelas directamente afectadas pelas actividades do projeto, e devem estar estreitamente envolvidas na identificação dos riscos, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigação (Mundial G. B., 2017). Especificamente, os seguintes indivíduos e grupos enquadram-se nesta categoria:

TABELA 1: PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS PELO PROJETO (PAPS)

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
PRINCIPAIS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO						
Executores do Projecto	Unidade de Implementação do Projecto (UIP) - EDM: nível central	• Responsáveis pela preparação, implementação e supervisão do projecto. • Responsáveis pelos processos de licitação. • Operacionalização e gestão da linha Songo-Matambo. • Ocupa-se das questões técnicas do desenvolvimento. • Coordenação entre e divulgação de informações das partes interessadas. • Identificação e promoção do engajamento das PI&As de acordo com suas necessidades específicas, depois do término do financiamento.	• Alto	• Alto	• Alto	N/A (responsáveis pela implementação).
	UIP à nível provincial (suas várias unidades de coordenação da componente ambiental)	• Apoio técnico/prestação de serviços aos Consumidores. • Colaboração com as entidades governamentais (provincial e distrital) para divulgação de informações, coordenação e obtenção de autorizações. • Engajamento com as PAPs.	• Alto	• Alto	• Alto	
	MIREME	• Monitoria e avaliação dos indicadores macros do projecto. • Aprovação de contratos de consultoria e empreitada. • Aprovar os estudos/ projecto.	• Alto	• Alto	• Médio	
	Ministério de Terra e Ambiente (MTA)	• Aprovar os estudos de impacto e viabilidade, assim como planos de gestão ambiental e social do projecto. • Emissão de licenças. • AQUA fará inspecções do cumprimento do PGAS no âmbito ambiental.	• Médio	• Alto	• Médio	
	Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS)	• Inspeções das condições de trabalho, segurança e saúde no trabalho	• Médio	• Alto	• Médio	

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
		• Emissão de vistos de trabalho.				
	Serviço Nacional de Migração (SENAMI)	• Emissão do DIRE (Documento de Identificação de Residente Estrangeiro).	• Baixo	• Baixo	• Baixo	
Parceiros/ Provedores	• Equipa de A&S da HCB (Hidroelétrica Cahora Bassa)	• Proprietários da subestação de Songo (ponto de toma da energia). • Venda de energia a partir da subestação de Songo no distrito de Cahora Bassa. • Partilha de especificações técnicas de materiais e equipamentos a serem incorporados na subestação de Songo. • Sinergias no desencolamento das actividades do projecto no que concerne a aspectos de ambientais e sociais	• Alto	• Alto	• Alto	Garantia de contratos justos, pagamento pontual e cumprimento das normas de qualidade e segurança. Monitoramento de práticas de contratação de trabalhadores locais.
	• Empreiteiros de obras de construção/reabilitação de infraestruturas. • Outros fornecedores de bens e serviços.	• Execução da obra. • Implementação e supervisão do PGAS. • Assegurar a assinatura do código de conduta dos trabalhadores. • Divulgação de informações sobre o PGAS, MGR para os trabalhadores. • Assegurar as formações sobre segurança e saúde do trabalho, Violência baseada no género (VBG) Exploração e abuso sexual (EAS), Assedio sexual (AS) e o código de conduta.	• Médio	• Baixo	• Alto	
	• Empresas de formação que serão selecionadas durante a fase de implementação do projecto	• Fornecer formações técnicas sobre os temas de salvaguardas A&S, VBG/EAS/AS.	• Baixo	• Baixo	• Baixo	
	• Empresas de formação que serão selecionadas durante a fase de Construção	• Fornecer formações de procedimentos de segurança (uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e medidas de prevenção de acidentes), etc.	• Médio	• Médio	Médio	

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
	do projecto					
	• Provedores de serviço VBG/EAS/AS	• Prestação de servições psico-sociais, médico, jurídico às sobreviventes de casos EAS/AS em ligação às actividades do projecto. • Referenciamento dos casos de EAS/AS, com o consentimento da sobrevivente, ao MGR do projecto.	• Médio	• Baixo	• Médio	
Governos	• Governo do Malawi • Governo da Zâmbia	• Irão beneficiar do aumento de capacidade do fornecimento de energia de Moçambique.	• Alto	• Baixo	• Baixo	Garantia de transparência em relação aos preços e ao acesso ao serviço. Melhoria da infraestrutura para maximizar a eficiência e a acessibilidade.
Consumidores	• Famílias, instituições sociais e empresas produtivas	• Beneficiários indiretamente do projecto.	• Alto	• Médio	• Médio	Garantia de transparência em relação aos preços e ao acesso ao serviço. Melhoria da infraestrutura para maximizar a eficiência e a acessibilidade.
	• Governo de Moçambique	• Beneficiário directo do projecto.	• Alto	• Alto	• Alto	
Trabalhadores do projecto.	• UIP	• Execução das actividades do projecto.	• Alto	• Baixo	• Médio	Garantia de boas condições de trabalho, EPIs, treinamento e práticas justas. Atenuação através de práticas seguras e programas de saúde. Compensação por possíveis impactos ocupacionais e bem-estar.
	• Contratados pelos Empreiteiros	• Execução de Tarefas relacionadas com construção, instalação, manutenção, reparos, entre outros	• Alto	• Alto	• Médio	
	• Subcontratados	• Cumprimento dos prazos dos entregáveis	• Médio	• Médio	• Médio	
Mulheres	Mulheres sem formação profissional Mulheres sem educação secundária Mães solteiras, entre outras.	• Oportunidades de emprego nas funções não técnicas (ex: administrativas). • Participação em programas de treinamento/capacitação em habilidades técnicas básicas (como segurança no local de trabalho, manuseio de pequenos equipamentos entre outras), de acordo com o especificado no PGAS.	• Médio	• Médio	• alto	Programas de capacitação e treinamento. Garantia de igualdade de oportunidades.

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
		• Participação em programas de apoio social para mulheres em situações de vulnerabilidade, incluindo mães solteiras.				
Jovens	Jovens para formações técnicas em áreas como engenharia elétrica, engenharia civil, gestão de projetos ou áreas relacionadas.	• Participação em: • Envolvimento Comunitário, voluntariado, e programas de estágio e aprendizagem, caso existam. • Campanhas de conscientização sobre eficiência energética ou iniciativas de conservação ambiental. • Fornecer programas de desenvolvimento social que irão auxiliar na restauração das suas actividades de subsistência para jovens afectados pelo projecto, de acordo com o Plano de Restauração de Meios de Subsistência aprovado no âmbito de PAR do projecto.	• Médio	Baixo	Médio	Programas de treinamento técnico em áreas como engenharia, incluindo apoio na inserção no mercado de trabalho.
Pessoas idosas e Portadores de Deficiência	Pessoas idosas e portadores de deficiência para engajamento para participação comunitária.	• Engajamento comunitário - participação em reuniões comunitárias, fornecendo informações sobre a comunidade local e resolução de problemas. • Identificação e preservação das áreas de importância histórica ou cultural durante o processo de construção. • Participação em programas de apoio social em situações de vulnerabilidade.	• Baixo	• Baixo	• Médio	Envolvimento ativo na preservação cultural, apoio social, e participação em programas voltados à vulnerabilidade.
Pessoas sem formação	Homens e mulheres em idade activa que não estejam a desenvolver nenhuma actividades	• Treinamento e Conscientização sobre Segurança no Trabalho. • Oportunidades de Emprego em tarefas gerais, como limpeza do local de trabalho, transporte de materiais, assistência na montagem de estruturas simples, entre outras actividades que não exijam conhecimentos técnicos especializados, como especificado no PGAS. • Programas de Desenvolvimento Social.	• Baixo	Baixo	Baixo	Programas de capacitação e treinamento para que possam adquirir novas habilidades. Priorização de contratação local com remuneração justa.
OUTRAS PARTES INTERESSADAS (OPIS)						

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
NÍVEL CENTRAL						
Promotores do Projecto	• MIREME e Principal Promotor do Projecto	• Colaborar com outros ministérios e partes interessadas, tanto diretamente envolvidos quanto menos diretos, para promover uma abordagem abrangente e colaborativa. • Garantir uma abordagem integrada e coerente para o desenvolvimento, maximizando os benefícios e minimizando possíveis conflitos entre diferentes sectores de actuação.	• Alto	• Alto	• Alto	Compensação pela obtenção de retorno financeiro. Garantia de acompanhamento da conformidade ambiental e social para evitar atrasos e penalidades.
	• Unidade de Implementação do Projecto (EDM),	• Garantir a implementação do projecto.	• Alto	• Alto	• Alto	
	• Outros departamentos do Governo ao nível central potencialmente envolvidos no desenvolvimento das actividades (por ex. MTA; MOPHRH; MIC, MADER, MINEDH e MISAU).	• Informar aos outros ministérios com menor grau de envolvimento com a agricultura e desenvolvimento rural sobre os desenvolvimentos e oportunidades de participar onde se apresentar relevante.	• Médio	• Médio	• Médio	
NÍVEL PROVÍNCIAL - TETE						
	• Autoridades Distritais (Marara e Cahora Bassa) •	• O enquadramento territorial do projecto reflete-se aos níveis mais baixos da administração e inclui os distritos assim como os níveis ainda mais baixos.	• Alto	• Alto	• Alto	•
Financiadores do Projecto	• Banco Africano de Desenvolvimento; e • Banco Mundial.	• Como entidades financiadoras e promotoras de formas específicas de desenvolvimento do projecto estarão presentes em todas a fases do projecto a colaborar com o GoM e as entidades beneficiárias e outras na garantia de uma participação efectiva e	• Alto	• Alto	• Alto	Atenuação de riscos através de auditorias periódicas, relatórios de progresso e conformidade com políticas ambientais e sociais.

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
		cumprimento do compromisso Ambiental e Social do projecto.				
Outras Partes Interessadas E Envolvidas	• Universidades • Sociedade Civil • Sector Privado • Autoridades Distritais, e Tradicionais e de Bairro/Aldeias (Julius Nherere, Cateta, Cancoma, Bairro Jack, Nhantalala, Cassoca, Nhamatua, Mitsanha, Matambo Sede e Matambo Bridge)000.	• Observadores locais da implementação das boas prácticas. • Reclamar ou expor suas inquietações relacionado a PAPs ao responsável ambiental e social da obra ou a outros relacionados com projecto, podendo ser em conjunto com autoridades locais ou particularmente	• Baixo	• Baixo	• Baixo	Envolvimento contínuo em consultas, comitês de acompanhamento e capacitação para influenciar as decisões de maneira inclusiva. Possível compensação em forma de apoio institucional ou financiamento de programas sociais.
	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO					
Pessoas com parcelas de infraestruturas afectadas	• Proprietários de Infraestruturas habitacionais e de rendimento (áviario, currais e baracas) na área de servidão	• Reassentamento de todas PAPs com parcelas de infraestruturas (casas principais) afectadas em áreas acordadas nas consultas públicas. • Compensação financeira para todas as habitações secundárias (casas secundárias, pocilgas, etc), e disponibilizando ajuda com materiais e mão de obra na reconstrução ou reparação das habitações secundárias, conforme a necessidade dos afetados. • Compensações financeiras pela perda de rendimento incluindo indeminizações para os trabalhadores que perderam emprego, etc.	• Alto	• Alto	• Alto	Indenizações financeiras, programa de restauração de meios de subsistência, promoção de hortas caseiras
Pessoas com parcelas agrícolas (Machambas) afetadas agrícola.	• Proprietários de terras agrícolas onde as torres e os cabos serão instalados. • Parcela de terra ao longo da Servidão	• Autorizar que as AFs das comunidades de Matambo Sede, Matambo Bridge, Mitsanha, Cassoca, Nhamatua, Nhantalala, Bairro Jack, Cancoma, Cateta e Julius Nherere continuem a cultivar nas proximidades da faixa de servidão que tem sido abandonada durante a fase de construção, e durante	• Alto	• Alto	• Alto	

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
	(via de acesso para a manutenção).	a fase de operação. • Compensar as AF que pela perda de culturas e com valores adicionais de 100$ para cada tipo de vulnerabilidade. • Garantir a continuidade de prática de agricultura na área hospedeira ou outros meios de subsistência para compensar as perdas. • Fornecer programas de desenvolvimento social que irão auxiliar na restauração das suas actividades de subsistência. • Envolver os presidentes dos comités locais de reassentamento/representantes das PAPs em cargos de liderança junto de mulheres nos programas de restauração agrícola, assim como dar mais atenção a todas categorias de grupos vulneráveis através da inclusão de actividades, como por exemplo à pratica de hortas caseiras, que permitam com que eles mantenham o seu padrão de vida.				
Pessoas afetadas pela perda de arvores de valor económico	• Corte de árvores para dar lugar a instalação das torres • Corte de arvores ao longo da Servidão	• Compensação dos AFs pelas perdas resultantes de abate de árvores económicas, e com valores adicionais de 100$ para cada tipo de vulnerabilidade. • Compensação dos AFs de acordo com a tabela da Direcção Provincial da Agricultura.	• Médio	Baixo	Baixo	Compensação financeira de acordo com o valor econômico das árvores, conforme tabela da Direção Provincial da Agricultura.
Pessoas afectadas pelas obras	• Proprietários de terras adjacentes área de servidão da Linha • Assentamentos familiares ao longo da Linha •	• Monitoria dos impactos (níveis de ruído, a proteção de fontes de água e a implementação de medidas para minimizar a poeira e outros). • Facilitação da coordenação dos empreiteiros com outros residentes na minimização os impactos do tráfego e da circulação de equipamentos	• Baixo	• Baixo	• Baixo	Implementação de medidas de mitigação para controle de poeira, ruído, e tráfego. Monitoramento contínuo das condições ambientais.
	• Trabalhadores da construção civil	• Contratação de pessoal com qualificações necessárias para realizar as tarefas associadas à	• Alta	• Alta	• Alta	Fornecimento de EPIs, treinamentos em segurança,

CATEGORIA	ESPECIFICAÇÕES	POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO/INTEREAÇÃO COM O PROJETO	NÍVEL DE INTERESSE	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	NÍVEL DE ENGAJAMENTO	MEDIDAS DE ATENUAÇÃO/COMPENSAÇÃO
		construção de linhas de energia de alta tensão de forma segura e eficiente				código de conduta contra VBG/EAS/AS.
	• Empresas que fornecem bens e serviços para as obras	• Contratação de empresas de: o Construção civil, fornecedores de materiais de construção e equipamento elétrico; o Empresas de transporte e logística; o Empresas que fornecem serviços de segurança e proteção para os trabalhadores; o Empresas de treinamento em segurança e fornecimento de EPI.	• Alto	Alto	• Alto	Garantir boas condições de trabalho e segurança, bem como a implementação de programas de treinamento.
Autoridades à nível distrital (Tete)	• Autoridades Distritais (Marara e Cahora Bassa) • Autoridades Tradicionais e de Bairro/Aldeias (Matambo Sede, Matambo Bridge, Mitsanha, Cassoca, Nhamatua, Nhantalala, Bairro Jack, Cancoma, Cateta e Julius Nherere)	• O enquadramento territorial do projecto reflecte-se aos níveis mais baixos da administração e inclui os distritos assim como os níveis ainda mais baixos.	• Alto	• Alto	• Alto	Coordenação estreita com autoridades para garantir o cumprimento da legislação ambiental e social. Relatórios regulares e consultivos sobre o progresso. Compensação indireta via impostos e taxas ao governo.

2.2.2. INDIVÍDUOS OU GRUPOS DESFAVORECIDOS/VULNERÁVEIS

No âmbito do projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos foram devidamente identificados aquando da elaboração do RAP. Os seguintes grupos fazem parte das PAP's afetadas pela linha:

- Mulheres chefe de agregados familiares;
- Mulheres viúvas;
- Mulheres Idosas chefes de família;
- Homens Idosos;
- CAF – Chefe do Agregado familiar que tomam conta de órfãos;
- CAF de famílias com membros que padecem de doenças crónicas.

Na área de implementação do projecto, não foi identificado nenhum CAF de menor idade.

Organizações que podem representar os grupos vulneráveis, mas não se limitam aos seguintes:

- Organizações comunitárias locais, como associações de moradores ou grupos de defesa do meio ambiente, podem representar os interesses das comunidades afectadas pela construção da linha de energia (como são os casos das organização de mulheres moçambicanas, grupos de garimpeiros de Maroeira);
- Associações de agricultores podem representar os interesses dos proprietários de terras afectados pela construção da linha de energia, como é o caso da União Distrital dos Camponeses, Fórum Terra, Associação.

Os grupos vulneráveis dentro das comunidades afectadas pelo projecto serão posteriormente confirmados e consultados através de meios dedicados, conforme apropriado. A descrição dos métodos de envolvimento que serão realizados pelo projecto é fornecida nas seções seguintes.

3. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de envolvimento das partes interessadas estende-se por todas as fases de desenvolvimento do projecto, i.e., desde a concepção até à sua conclusão e encerramento. Assim sendo, no momento de elaboração dos instrumentos Ambientais e Sociais, nos meses de Julho 2022 a Dezembro de 2023, acções inerentes ao plano estiveram em curso para cobrir a fase de concepção e preparação.

Duas consultas públicas distritais foram realizadas entre os dias 15 e 16 de Dezembro de 2022 no âmbito da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) para o trecho de Songo-Matambo, assim como quatro consultas públicas no âmbito da elaboração do Plano de Ação de Reassentamento (PAR) entre Agosto 2022 à Agosto de 2023. A tabela abaixo mostra todas as actividades de envolvimento das partes interessadas.

TABELA 2: CONSULTAS PÚBLICAS REALIZADAS ANTERIORMENTE

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
EIAS	Vila de Songo Distrito de Cahora Bassa	15/12/2022	34	18	• MTA • MIREME • Governador da Província de Tete • Secretário de Estado da Província de Tete • SPA da Província de Tete • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Utilizadores dos recursos dentro da área de implantação do Projecto • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Governo do Distrito de Cahora Bassa (Chefe do SDAE e SDPI) Chefe do Posto Administrativo	1) **Área de reassentamento populacional:** As comunidades expressaram preocupação com o reassentamento em áreas distantes das infraestruturas sociais, como escolas, hospitais, comércio, eletricidade e fontes de água. 2) **Falta de emprego:** Houve preocupação em todas as aldeias com a falta de emprego. 3) **Benefícios do projecto de fornecimento de energia**: As comunidades manifestaram interesse em saber se teriam benefícios directos do projecto de fornecimento de energia.	O consultor explicou que: 1. Um dos princípios do reassentamento seguido pela EDM é proporcionar condições iguais ou melhores do que as existentes antes do projecto. 2. Seriam criadas oportunidades de emprego para os membros das comunidades locais. 3. A EDM possui competência para lidar com a questão do fornecimento de energia eléctrica, em conformidade com os planos de desenvolvimento do governo.

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
					e das Localidades		
EIAS	Marara	16/12/2022	25	14	• MTA • MIREME • Governador da Província de Tete • Secretário de Estado da Província de Tete • SPA da Província de Tete • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Utilizadores dos recursos dentro da área de implantação do Projecto • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Governo do Distrito de Cahora Bassa (Chefe do SDAE e SDPI) Chefe do Posto Administrativo e das Localidades .	1) **Emprego:** Preocupações com a falta de emprego devido a uma abordagem de recrutamento que não envolve a liderança local na seleção de trabalhadores. 2) **Projectos sociais:** Solicitações de melhorias nas condições das escolas, estradas e outras infraestruturas como parte dos programas sociais do Proponente.	O consultor explicou que: 1.1. Espera-se que no âmbito de uso de mão-de-obra local, seja dada prioridade 1.2. No estudo, recomenda-se que para actividades de construção e operação (limpeza do RoW) seja dada prioridade a mão-de-obra local. Também é recomendado que o sistema de comunicação seja claro e garantir que quando iniciado o projecto as comunidades sejam informadas 2. A implementação de projectos sociais seria discutido e posteriormente dariam uma resposta ao comité.
1ª Consulta Pública-PAR	Cahora Bassa e Marara	09/12/2022	33	28	• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal	1. Quais são os potênciais impactos que o projecto pode ter na comunidade local e no meio ambiente, e quais medidas de mitigação estão sendo propostas para minimizar esses impactos? 2. Quais são os prazos e cronogramas previstos para a realização das diferentes etapas do projecto?	O consultor explicou: 1. Os impactos e as medidas de mitigação relevantes; 2. As actividades que seriam desenvolvidas no decorrer de todo projecto, em especial no processo de levantamento Físico e Socioeconómico; 3. Os canais de comunicação entre a equipa do Consultor,

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
					• Assistente do Admistrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete • Membros da Verde Azul Consult, Lda		Proponente (grupos de contacto) e o público.
2ª Consulta Pública-PAR	Cahora Bassa e Marara	16/12/2022	25	14	• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Assistente do Administrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete • Membros da Verde Azul Consult, Lda	1. Quais foram os principais resultados dos levantamentos socioeconómicos realizados e como esses resultados estão sendo considerados no planeamento do reassentamento? 2. Quais medidas específicas estão sendo propostas para mitigar os impactos do reassentamento na comunidade afectada?	O consultor apresentou: 1. Resultados de levantamentos socioeconómicos; 2. Medidas de mitigação para reduzir o impacto do reassentamento. 3. Informações sobre a legislação nacional relacionada ao processo de reassentamento, bem como as melhores práticas internacionais; 4. Discussão sobre as possíveis áreas de reassentamento ao longo da linha do projecto.
3ª Consulta Pública -PAR	Cahora Bassa	13/7/2023	48	32	• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE	1) **Reassentamento:** solicitação de garantia, para todas PAPs, de casas dignas, infraestrutura como ruas e talhões parcelados, e serviços essenciais como energia, água, escola e hospital. 2) **Compensação:** Solicitação de garantia de recebimento de dinheiro de reintegração como subsídio de mudança. 3) **Protecção das actividades de**	O consultor explicou que: 1. Para famílias com machambas afectadas, será dada assistência e distribuição de kits de sementes. 2. Considera-se reassentar famílias em áreas baldias fora da vila para atender às exigências da HCB. 3. Serão construídas salas de aula

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
					• Director do registro criminal • Assistente do Administrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete • Membros da Verde Azul Consult, Lda	**rendimento:** O governo distrital, mencionou que as famílias não serão privadas das actividades geradoras de renda que desenvolviam antes do reassentamento.	em Maroeira para as crianças. 4. Sugere-se aproveitar os subsídios para continuar trabalhando em Songo, já que não está muito distante de Maroeira.
3ª Consulta Pública -PAR	Marara	12/7/2023	33	34	• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Assistente do Administrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete Membros da Verde Azul Consult, Lda	As comunidades solicitaram: 1) Continuar suas actividades agrícolas até o novo aviso do projecto. 2) Reassentamento com casas dignas, infraestrutura completa e subsídio de reintegração. 3) Proteção das actividades de rendimento pré-existentes das famílias afectadas.	O consultor explicou que: 1) A maioria das famílias afectadas serão reassentadas dentro de suas comunidades actuais. 2) As comunidades vão continuar suas actividades agrícolas até o novo aviso do projecto. 3) O pagamento da compensação será feito por meio de contas bancárias 4) O proponente deverá abrir contas bancarias para as famílias sem contas (para as famílias que não possuem, deverá se disponibilizar suporte nas aberturas das contas.). 5) Um mecanismo de resposta a reclamações será disponibilizado, permitindo que as famílias registrem suas preocupações a qualquer momento.
4ª Consulta Pública - PAR	Marara	27/7/2023	35	15	• MTA • Governador da Província de Tete	1. Quais são os detalhes e opções disponíveis em relação aos modelos das casas? 1. Como está sendo planejado	O consultor esclareceu que: 1. O modelo de casa para o reassentamento era

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
					• A Comissão Provincial de Reassentamento (SPA, SPAE, DPDTA – DOT); • A Comissão Distrital de Reassentamento (SDPI, SDAE, Chefe dos Postos Administrativos e Localidade); • Sociedade Civil, ONGs • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Membros da Comunidade (PAPs, Líderes Comunitários) • Consultores da Verde Azul consult, LDA	evitar que o projecto comece antes do reassentamento, especialmente durante a época de chuvas, garantindo que as comunidades tenham um lugar adequado para viver e continuar suas actividades?	considerada provisória devido a solicitações de adições, como a instalação de caleiras e a remoção de banheira e lavatório na casa de banho, para adequação aos padrões locais. O processo de reassentamento seria anunciado com antecedência, e as famílias só serão movidas quando as condições estiverem devidamente estabelecidas.
4ª Consulta Pública - PAR	Cahora Bassa	28/7/2023	38	37	• MTA • Governador da Província de Tete • A Comissão Provincial de Reassentamento (SPA, SPAE, DPDTA – DOT); • A Comissão Distrital de Reassentamento (SDPI, SDAE, Chefe dos Postos Administrativos e Localidade); • Sociedade Civil, ONGs • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Membros da Comunidade	2. Como serão fornecidos serviços essenciais, promovido o desenvolvimento comunitário e criadas oportunidades de emprego para os afectados pelo reassentamento? 3. Quais são os compromissos e responsabilidades da empresa em relação às infraestruturas sociais e à responsabilidade social?	O consultor junto com o representante da EDM explicaram que: 1. O Projecto ainda está em estudo, instruindo Potenciais Afectados pelo Projecto (PAPs) a continuarem com actividades agrícolas. 2. EDM garantiu construção de infraestruturas sociais. 3. Serão incluídos todos os aspectos sociais/rendimento no Plano de Restauração de Meios de Subsistência.

Tipo de Reunião	Local	Data	Nº de Participantes		Categoria de partes interessadas e PAPs que participaram	Principais questões discutidas	
			Masculino	Feminino		Questões	Respostas
					(PAPs, Líderes Comunitários) • Consultores da Verde Azul consult, LDA		
Reunião de Conformidade - PAR	Marara	29/8/2023	35	15	• MTA • MIRENE • HCB • Governador da Província de Tete • A Comissão Provincial de Reassentamento (SPA, SPAE, DPDTA – DOT); • A Comissão Distrital de Reassentamento (SDPI, SDAE, Chefe dos Postos Administrativos e Localidade); • Sociedade Civil, ONGs • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Membros da Comunidade (PAPs, Líderes Comunitários) • Consultores da Verde Azul consult, LDA	Quais foram as conclusões de análise feita durante as consultas públicas e dos documentos do Plano de Reassentamento?	O consultor procedeu a: 1. Apresentação do cronograma de implementação do RAP e PRMS; 2. Apresentação do custo indicativo para a implementação do RAP; 3. Apresentação do número total das benfeitorias afectadas (infraestruturas, árvores, culturas agrícolas, etc) 4. Apresentação do modelo de casa para o reassentamento; 5. Apresentação da matriz institucional para definir responsabilidades em diferentes níveis. 6. A apresentação do fluxo de informação entre proponente, governo e afectados. 7. Juntamento com o Governo. Proponente a assinatura do Parecer de conformidade.
	Cahora Bassa	30/8/ 2023	38	37			

Informações adicionais sobre as actividades de envolvimento das partes interessadas podem ser encontradas no Anexo 2.

3.1. RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO E DOS MÉTODOS, FERRAMETNAS E TÉCNICAS PARA O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas abaixo descreve o processo de envolvimento, os métodos, incluindo a sequência, os tópicos das consultas e as partes interessadas alvo. O Banco Mundial e o Mutuário não toleram represálias e retaliações contra as partes interessadas no projecto que partilhem as suas opiniões sobre os projectos financiados pelo Banco.

O engajamento para a implementação do Plano de Reassentamento (RAP) e do Plano de Restabelecimento dos Meios de Vida (LRP) será conduzido de forma estruturada e contínua para garantir que todas as ações sejam concluídas antes do início das obras. O processo incluirá as seguintes etapas principais:

1. **Preparação e Mobilização -** Inicialmente, será formada uma equipe dedicada ao engajamento, composta por especialistas sociais e representantes do projeto, que definirão um cronograma alinhado ao plano geral do empreendimento.

2. **Consulta e Sensibilização das Partes Interessadas -** Em seguida, serão realizadas consultas e sessões de sensibilização com as partes interessadas, incluindo reuniões comunitárias para apresentar os passos do RAP e do LRP, esclarecendo os critérios de elegibilidade, compensações e assistência na transição. Além disso, serão engajadas as autoridades locais e lideranças comunitárias para fortalecer a transparência do processo.

3. **Validação e Formalização dos Benefícios -** Paralelamente, será conduzida a validação e formalização dos benefícios, incluindo o registro e verificação dos PAPs elegíveis, bem como a assinatura de acordos individuais assegurando que os afetados compreendam e aceitem os termos das compensações e apoios aos meios de vida. A implementação das medidas de reassentamento e restabelecimento será então iniciada, abrangendo a execução das compensações, entrega de terrenos ou habitações e a implementação de programas de restauração econômica, capacitações e assistência técnica.

4. **Implementação das Medidas de Reassentamento e Restabelecimento -** Durante todo o processo, haverá um acompanhamento contínuo por meio de um Comitê de Acompanhamento Social, relatórios periódicos ao financiador e um canal de comunicação ativo para responder às preocupações das comunidades reassentadas.

Dessa forma, todas as ações serão finalizadas e verificadas antes do início das obras, garantindo a conformidade com os requisitos ambientais e sociais do projeto.

TABELA 3: RESUMO DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
Concepção do projecto	Líderes e Técnicos Séniores EDM e MIREME;	- Apresentação de informações do projecto para as PI&As; - Permitir que o grupo comente e conceda opiniões; - Construir uma relação aprofundada e impessoal com as PI&As; - Divulgação de informações técnicas Informação e discussão sobre a relevância do projecto e se o mesmo vai responder aos problemas dos grupos alvo visados;	Encontros formais, Reuniões Presenciais e online, Comunicações via email.	Províncias e Distritos a seleccionar	03 vezes	EDM
			Consultas públicas e grupos focais de discussão		01 vez	
			Canais de comunicação, Provinciais, Distritais e dos Chefes dos Postos Administrativos e das Localidades; Rádios Comunitárias.		02 vezes	
	Banco Mundial;	- Mecanismos de participação pública e consulta das comunidades locais afectadas pelo projecto, garantindo transparência, acesso à informação e oportunidades para contribuições da sociedade civil; - Sondagem de alternativas para o projecto, como o uso de tecnologias mais sustentáveis, rotas alternativas para minimizar impactos ambientais e sociais, e avaliação comparativa de diferentes		Níveis distrital, central e provincial		

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		opções.				
	Organização da Sociedade Civil (OSC)	- Avaliação dos potenciais impactos ambientais (desmatamento, perda de habitat da vida selvagem, emissão de gases de efeito estufa, impactos na qualidade do ar e da água, entre outros)	Encontros formais, Reuniões Presenciais e online, Comunicações via email;	Níveis distrital, central e provincial	Semestral	EDM
	Lideranças Governamentais a todos os níveis: Central, Provincial, Distrital e Local	- Consulta sobre as políticas energéticas nacionais e as estratégias de desenvolvimento que influenciam a planificação e a implementação do projecto; - Conformidade Normativa e Legal;	Reuniões públicas, consultas formais, audiências, pesquisas de opinião	Níveis distrital, central e provincial	No Princípio de projecto (na fase de construção) trimestral	EDM/BM
	PAPs	- Consultas no âmbito do EIAS e RAP	CONSULTAS PÚBLICAS Necessidades linguísticas: língua portuguesa e local. Outras necessidades: • Organizar reuniões ou consultas com Grupos focais de mulheres e pessoas com deficiência em separados para suas preocupações e necessidades distintas;	Níveis central e provincial	15/12/22 16/12/22 12/07/23 13/07/23 28/07/23 27/07/23 29/08/23 30/08/23	EDM/Consultor. Ambiental

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
			• Materiais impressos e digitais sejam acessíveis a pessoas com deficiências visuais ou auditivas; • Disponibilizar serviços de tradução e interpretação durante as consultas			
Preparação de actividades e sub-actividades	Equipas das Instituições de Implementação e ONGs que participarão na implementação do projecto	- Apresentação detalhada do projecto; - Apresentação das propostas de planos e das actividades prioritárias;	Reuniões presenciais, online e comunicações via email	Níveis central e provincial	03 vezes	Líderes e Técnicos Séniores da EDM e MIREME; Banco Mundial;
Implementação do projecto	Beneficiários e Pessoas Afectadas pelo Projecto: famílias, comunidades locais (na tabela abaixo são mencionadas	- Divulgação de informação sobre as actividades do projecto: critérios; beneficiário; quantitativos; periodicidade; calendário de actividades; - Apresentação dos mecanismos de implementação do projecto, incluindo terciarização; - Apresentação dos riscos e impactos do projeto, assim	Rádio: nacional e rádios comunitárias; Televisão: Nacional e emissoras provinciais, jornais nacionais e locais; jornais online; website e mídia social;	Províncias e Distritos a seleccionar	**Consultas Mensais ou Trimestrais:** Após o início do projeto dependendo da complexidade e do impacto	Instituições do Governo que implementam o Projecto a todos os níveis; Empresas e ONGs

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
	medidas específicas para cada grupo desfavorecido e vulnerável)	como dos instrumentos de salvaguarda e medidas de mitigação. - O acompanhamento eficaz dos riscos e das medidas de mitigação por meio de implementação dos instrumentos de salvaguarda adotar uma abordagem de acompanhamento que inclua comunicação contínua com a comunidade, mecanismos de feedback acessíveis, monitoramento regular, envolvimento direto da comunidade, capacitação e sensibilização, e processos claros para resolução de problemas; - **Medidas específicas no âmbito da implementação do RAP (Plano de Reassentamento) e LRP (Plano de Restauração de Meios de Subsistência), incluindo:** o Detalhamento sobre como será feito o acompanhamento das medidas de restauração dos meios de subsistência e compensações, com periodicidade e indicadores	Realização de Consultas anuais; Secções de Sensibilização realizadas trimestralmente conforme a necessidade do projecto e engajamento da comunidade; Para a monitoria e avaliação será implementado um sistema de registro para documentar as secção realizadas; Brochuras, folhetos, cartazes; Encontros formais, reuniões individuais e grupos de discussão; Necessidades linguísticas: língua portuguesa e local.		do projeto; Rádio: uinzenal; Televisão: Quinzenal; Jornais: mensais	parceiras na implementação do Projecto e Banco Mundial

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		de desempenho; o Definição das entidades responsáveis pela implementação e supervisão dessas medidas, como a equipe de monitoramento do projeto ou consultores especializados; o Procedimentos claros para avaliar a eficácia das compensações e ações de restauração econômica. - **Medidas relacionadas às obras de construção, tais como:** o Monitoramento de impactos temporários, como ruído, vibração e poeira; o Supervisão da implementação das medidas de segurança e mitigação de impactos sobre as comunidades locais; - Responsabilidades das empresas contratadas no cumprimento de medidas de salvaguarda ambiental e social.				
	Trabalhadores	- Disponibilizar informações na	Imagens ilustrativa,	Níveis distrital,	Será	Empreiteiros

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		obra; - Garantir um ponto focal permanente que será responsável para atender a tempo todas queixas na Obra; - Participação em actividades do projecto nos territórios; - Envolvimento no planeamento das acções; - Participação em capacitações: o Sessões de informação sobre os instrumentos do projecto (em particular o PGAS, PGMO, código de conduta, e MGR para trabalhadores) o Formações sobre saúde e segurança no trabalho e VBG/EAS-AS	folhetos, rádios comunitários, jornal locais, estruturas locais, etc; Necessidades linguísticas: língua portuguesa, local e estrangeira	central e local.	estabelecida uma periodicidade mínima, com sessões realizadas trimestralmente ou em intervalos definidos conforme a necessidade das mesmas	EDM Equipe de Gestão do Projeto Especialistas em Saúde e Segurança Ocupacional do Empreiteiro/UIP (EDM) Especialistas Social/ Especialista de Violência Baseada no Género
	Empreiteiros	- Disponibilizar informações na obra; - Garantir ponto focal permanente para atender a tempo todas queixas na Obra, relacionadas com o Acompanhamento e Segurança (A&S) - Participação em actividades do projecto nos territórios, para definir e implementar	imagens ilustrativas, folhetos, rádios comunitários, jornal locais, estruturas locais, etc; Necessidades linguísticas: língua portuguesa, local e estrangeira.	Níveis distrital, central e provincial	Por definir	Empreiteiro na operacionalização das medidas de A&S (Acompanhamento e Segurança) EDM

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		estratégias específicas de A&S, adaptadas ao contexto da obra e das comunidades impactadas; - Envolvimento no planeamento das acções; - Participação em capacitações. o Sessões de informação sobre os instrumentos do projeto (em particular o PGAS, PGMO, código de conduta, e MGR para trabalhadores) serão organizadas e realizadas por uma equipe de **Especialistas Sociais contratados para o projeto**. Os empreiteiros terão a responsabilidade de garantir a participação dos trabalhadores e de disponibilizar o espaço e os recursos necessários para a realização dessas sessões. o Formações sobre saúde e segurança no trabalho e VBG/EAS-AS conduzidas por profissionais especializados (Especialistas em Saúde e Segurança no Trabalho e Especialistas em Gênero) que serão responsáveis por desenvolver conteúdos específicos e conduzir as				UIP (EDM) – Especialistas/ Oficiaisde Salvaguardas do projecto

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		sessões. Os empreiteiros também serão encarregados de supervisionar e implementar as medidas de saúde e segurança no local, conforme instruído durante as formações				
	Equipe de coordenação do projecto (EDM, MIREME, Banco Mundial)	Planeamento, supervisão e avaliação de acções	Reuniões e contactos directos, reuniões online	Níveis distrital, central e provincial	Mensalmente, durante todo o ciclo do projecto	UIP (EDM) –
	Unidades de implementação do projecto (UIP)	Planeamento e supervisão de ações	Reuniões entre a equipe de coordenação e as UIP; Reuniões do Comitê Operacional; Missões de supervisão; Planeamento dos planos operativos.		Mensalmente/ semanalmente	EDM MIREME
	Comunidades que não beneficiam do projecto	Avaliação na disponibilidade de terra para a recepção dos PAPs; Disponibilização da informação do projecto, incluindo informações	Necessidades linguísticas: Língua portuguesa e local	Distrito	No princípio de projecto (mensalmente)	Governo do Distrito e UIP (EDM)

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		detalhadas sobre os critérios de elegibilidade do PAR[1], outros benefícios do projeto, riscos e impactos do projeto, medidas de mitigação, e o Plano de Gestão de Riscos (MGR).; Mapeamento de áreas de importância cultural.				
	Provedores de serviços: Empresas de Consultoria e prestadoras de serviços serão responsáveis por atividades específicas relacionadas à implementação do projeto, incluindo: • **Assistência técnica e consultoria;** • Capacitação e sensibilização	Reuniões de orientação e Planificação	Manuais e audio visuais Necessidades linguísticas: Língua portuguesa	Nas frentes de Obra	Por definir	UIP e Empreiteiro

[1] Vide o documento de PAR

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
	treinamentos e sessões de sensibilização sobre o MGR incluindo a formação de comitês e pontos focais (PF) para sua operacionalização; • Operacionalização do MGR; e • Atividades de supervisão					
	Autoridades locais; sector privado; comunidades locais; sociedade civil	Estratégia de envolvimento das comunidades, incluindo a participação ativa das comunidades nas atividades do projeto, abordando riscos e impactos associados, e detalhando as medidas de mitigação implementadas; Modelos de contratação de mão-de-obra local, garantindo que as oportunidades de emprego sejam oferecidas preferencialmente a	Reuniões	Nível distrital	Por definir	UIP e Empreiteiro UIP (EDM) – Especialistas /Oficiais de Salvaguardas do projecto

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
		residentes locais.				
	Beneficiários do Projecto: Estruturas do Governo, a nível distrital, provincial e central, Isso inclui órgãos e comitês que devem colaborar na operacionalização das medidas, garantindo o cumprimento das políticas estabelecidas e avaliar a eficácia das ações de mitigação e acompanhamento.	Lançamento das actividades do projecto; Divulgaçao de Planos de actividades; Reuniões de orientação e resultados alcançados por trimestralmente	Brochuras em língua portuguesa	Nível Provincial, distrital e central	Trimestralmente	UIP, Governo e Empreiteiro
Supervisão e Avaliação	Implementadores do Projecto: EDM, Empreiteiros, Construtores, Cahora Bassa,	Bens e Serviços. Providenciados; Resultados, Benefícios, Impactos, Constrangimentos e Desafios Riscos na saúde e segurança no trabalho;	Visitas de campo; Questionários públicos às comunidades; Avaliações de impacto; Entrevistas;	Níveis comunitário, distrital e provincial	01 (uma) avaliação de meio termo 01 (uma) avaliação final do projecto	

Fase Do Projecto	Partes Interessadas Alvo	Tema da Consulta/ mensagem	Método(S) Utilizado(S)	Localização	Frequência	Responsabilidades
	UIP	Impactos ambientais e socias e as respectivas medidas de mitigação; Outros aspectos necessários: benefícios, constrangimentos e desafios relacionados com o projecto.	Sistematização dos dados sobre os resultados do projecto			
Encerramento do projecto	EDM, Empreiteiros de encerramento Comunidades Locais; Autoridades locais; Consultores Ambientais; Organizações da Sociedade Civil; Mídia Local	Fim do projecto; Cuidados a ter com as actividades de encerramento; Disponibilização das áreas para outras actividades.	Consultas Públicas; Reuniões com grupos focais; Divulgação nas rádios comunitárias, entre outros métodos.	Ao longo da linha, concretamente nas comunidades afectadas e nas sedes dos PA e Distritos	2 vezes (no inicio de processo de encerramento e no fim)	EDM – através de Pontos focais de Salvaguardas ambientais e socias do projecto
Pós-projecto	Governos locais, PAPs - Comunidades	Planos de desenvolvimentos locais	Plano Economico e Social do governo sobre as áreas; Planos de Uso e Cobertura de terra.	Em todas comunidades	Reuniões de rotinas do plano de Governo	Governo Local

3.2. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR O PONTO DE VISTA DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

O projecto tomará medidas especiais para garantir que os grupos desfavorecidos e vulneráveis tenham igualdade de oportunidades para aceder à informação, dar feedback ou apresentar queixas. Serão tomadas as seguintes medidas para eliminar os obstáculos a uma participação plena e activa/ acesso à informação:

TABELA 4. MEDIDAS PARA ELIMINAR OS OBSTÁCULOS A UMA PARTICIPAÇÃO PLENA E ACTIVA.

Grupo alvo	Medida
Engajamento das partes interessadas	Deve começar o mais cedo possível na preparação do projecto afim que os pontos de vista e as preocupações destas sejam considerados na conceção, execução e funcionamento do projeto.
Grupos considerados como desfavorecidos e vulneráveis (Mulheres chefe de agregados familiares; Mulheres viúvas; Mulheres Idosas chefes de família; Homens Idosos; CAF que tomam conta de órfãos e CAF com membros que padecem de doenças crónicas)	Reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, agrupando as pessoas em grupos de pares;
	Reuniões com os representantes dos grupos desfavorecidos e vulneráveis para entender melhor o contexto local, nacional e sectorial e as potenciais barreiras que podem influenciar a capacidade dos grupos desfavorecidos ou vulneráveis para articularem as suas preocupações e prioridades sobre os impactos do projecto;
	Visto que não se identificou associações dos grupos vulneráveis identificados na região, recomenda-se o uso das ONG ou OCBs locais (camo é o caso da União distrital dos camponeses, AAAJC - Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidade com sede em Tete e as outras organizações locais) para em conjunto com o Projecto engajar estes grupos;
	Os modelos dos Relatórios de consultas deverão incluir, obrigatoriamente, um capítulo sobre auscultação, registo e resposta às preocupações dos grupos mais vulneráveis. Nos modelos de monitoria e avaliação, este indicador deve ser estabelecido com dos mais importantes na classificação de desempenho do projecto.
Níveis baixos de literacia	Formatos adicionais como esboços de localização, modelos físicos e apresentações de filmes podem ser úteis para comunicar informações relevantes;
	Publicação de resumos simplificados, de explicações de fundo não técnicas ou do acesso a peritos locais.
Mulheres (maiores de 35 anos) e Raparigas (entre os 18 aos 34 anos)	Envolvimento das mulheres por meio de grupos específicos de engajamento, de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto, afim de assegurar que contribuam no processo de tomada de decisão;
	É conveniente reuni-las em grupos de discussão, bastante pequenos, em cada fase do projecto, para debaterem livremente aspectos da violência de género e questões que lhes são específicas;
	Assegurar que as equipas de envolvimento da comunidade são equilibradas em termos de género e promover a liderança das mulheres no seio destas, conceber inquéritos online e presenciais e outras actividades de envolvimento para que as mulheres que prestam cuidados não remunerados possam participar;
	Devem também ser agendadas reuniões separadas para raparigas e mulheres a diferentes níveis, para além das reuniões da assembleia geral.
Sobrevivente de VBG	A consulta deve ser efectuada individualmente e a entrevista deve ser conduzida por um especialista.
Mulheres chefes de família	Providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação, assistência/cuidados dos menores que

	acompanham as mães, caso haja necessidade, tradução nas línguas locais e promover a representatividade mínima de 25% deste grupo em reuniões.
Grupos vulneráveis que residem em zonas remotas	Serão criadas condições de transportes apropriados, com capacidade de acesso às zonas remotas. Com base nestes meios de transporte, os Pontos Focais de Salvaguardas Sociais e Ambientais poderão realizar visitas regulares de auscultação. Em outras ocasiões e com base nestes meios de transporte, os grupos vulneráveis em referência poderão ser convidados a participar em eventos públicos e seminários de consultas públicas, organizados ao nível Distrital e Provincial.
Grupos vulneráveis com limitações de língua portuguesa	Nas sessões de trabalho com os mesmos, serão utilizados os Pontos Focais locais ou distritais de Salvaguardas, com domínio das línguas locais. Serão utilizadas brochuras escritas em línguas locais. Um instrumento crucial que será utilizado são as Rádios comunitárias, que, em Moçambique possuem uma larga experiência de comunicação com os grupos vulneráveis localizados em zonas remotas e que não falam em língua portuguesa.
Grupos vulneráveis sem recursos mínimos de participação	Estes grupos poderão ser apoiados, como grupos e não individualmente, como por exemplo, em centro de recursos, com rádio, televisão, telemóvel para acesso à linha verde do sistema de resolução de queixas e outras formas.

4. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Recursos humanos, financeiros e técnicos adequados deverão ser dedicados para a implementação do PEPI, ao longo do tempo de vida útil do Projecto. A EDM irá coordenar a implementação do PEPI.

4.1. ARRANJOS E RECURSOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A EDM será responsável pelas actividades de envolvimento das partes interessadas. As demais entidades responsáveis pela realização das actividades de envolvimento das partes interessadas são os empreiteiros e os provedores de serviço. A responsabilidade geral pela implementação do PEPI cabe ao director da Unidade de Implementação do Projeto (UIP). As actividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas através de actas de reunião.

4.1.1. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

As entidades responsáveis pela realização das atividades de envolvimento das partes interessadas são:

TABELA 5. ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.

Entidade Responsável	Responsabilidades/funções relativas ao envolvimento das partes interessadas
EDM - Especialista Social e Ambiental da UIP	• Coordenação do plano e do cronograma de execução do PEPI; • Orçamentação e disponibilização de recursos financeiros em tempo oportuno para as actividades planeadas; • Monitoria do plano de envolvimento das partes interessadas e do MGR e relatório semestral.
Pontos focais de Salvaguardas/ Ligações com a comunidade	• Mobilização das partes interessadas; • Indicação dos pontos focais para a gestão de reclamações e socialização dos canais de reclamações entre as partes interessadas, incluindo o registo de eventos e comunicação; • Participação no Comité Central de Gestão de Reclamações; • Registo de reclamações. • Os Pontos Focais serão designados com base na necessidade das diferentes atividades e regiões de implementação do projeto. O número necessário será definido em função da abrangência geográfica, densidade populacional e complexidade das atividades nas comunidades-alvo. • Unidade de Implementação do Projeto (UIP): Caso o projeto conte com uma Unidade de Implementação, esta incluirá um Oficial de Salvaguardas Ambientais e Sociais, que será responsável por coordenar e implementar as atividades relacionadas às salvaguardas, incluindo: o Supervisão dos Pontos Focais. o Garantia do cumprimento das diretrizes ambientais e sociais. o Coordenação com o Comité Central de Gestão de Reclamações. o Monitoramento e avaliação contínua das atividades de salvaguardas.
Governo Distrital	• Mobilização das partes interessadas especialmente dos grupos mais vulneráveis;

	• Socialização dos relatórios; • Coordenação dos Comités locais de Gestão de reclamações • Registo de reclamações e comunicação de eventos.
Monitoria externa	• Monitoria do PEPI anualmente.
Empreiteiros	• Implementação de medidas de segurança no local de trabalho; • Garantir a gestão adequada de resíduos, a protecção da fauna e flora locais, e o cumprimento de requisitos de mitigação ambiental; • Divulgação de informações sobre o progresso do projecto; • Realização de consultas públicas, o envolvimento das comunidades no processo de tomada de decisões e a implementação de programas de responsabilidade social corporativa. • Implementação, supervisão e avaliação do MGR (Management of Grievances and Risks) acessível aos trabalhadores. • Supervisão da implementação das medidas de Saúde e Segurança (A&S) por subcontratados, se aplicável.
Líderes locais	• Representação comunitária: entender as preocupações, necessidades e interesses; • Facilitar a comunicação, fornecendo informações sobre o projecto, esclarecendo dúvidas, transmitindo feedback e ajudando a resolver conflitos ou preocupações; • Advogar pelos interesses das comunidades locais afectadas pelo projecto; • Participar activamente nas reuniões, audiências públicas, comissões consultivas e outros espaços onde as decisões sobre o projecto são discutidas e tomadas.
Associações e/ou ONG's,	• Desenvolver mecanismos de resolução de conflitos que envolvam os diferentes intervenientes nas áreas de intervenção do projecto; • Representar e defender os interesses dos seus membros, comunidades, associações e outras entidades da área junto do Estado, proponente e empreiteiros, etc.

As disposições de implementação do envolvimento das partes interessadas no projecto são as seguintes:

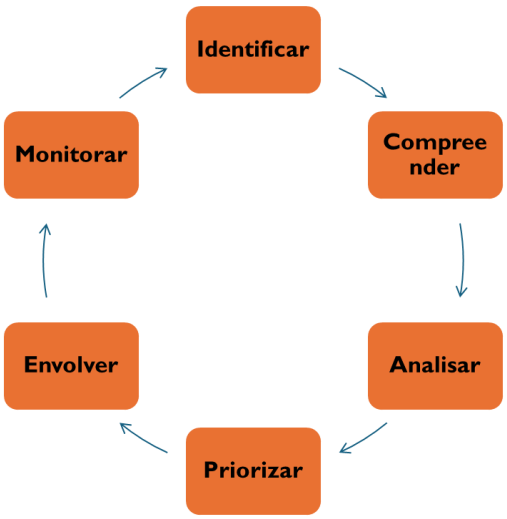


FIGURA 2. DISPOSIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

As consultas as partes interessadas serão realizadas por um especialista social com conhecimentos técnicos especializados, que fará parte da equipa da UIP, para realizar e interagir nas consultas com os grupos

vulneráveis e temas sensíveis. Este especialista será responsável por todas as consultas e atividades de sensibilização. As actividades de envolvimento das partes interessadas serão documentadas pelo Especialista social da UIP, através de relatório semestral do projecto e submetida ao Banco Mundial.

4.1.2. RECURSOS

O orçamento estimado para a preparação e implementação do PEPI é de 372,048.60 [Trezentos e setenta e dois mil, quarenta e oito dólares americanos e sessenta centavos]. O orçamento desagregado pode ser consultado no Anexo 1.

5. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES SENSÍVEL A ASPECTOS EAS/AS

5.1. PRINCÍPIOS DO MGR-EAS/AS

Em conformidade com o requisito ESS10 do Banco Mundial, será criado um mecanismo de reclamação (MGR) específico de GBV-EAS/AS para o projecto a nível nacional. A avaliação social conduzida no âmbito do EIAS durante a implementação inicial do projecto pesquisou os MGRs institucionais, formais e informais existentes, avaliou a sua adequação e formalizou as estruturas de reclamação existentes. O mecanismo foi dimensionado de acordo com o risco e o impacto do projecto.

O MGR a nível do projecto deverá se basear nos seguintes princípios:

Princípio 1. Proporcionalidade: Um mecanismo dimensionado para o risco e o impacto adverso nas comunidades afectadas.

Para atribuir a classificação de risco, os resultados da avaliação ambiental e social estão sendo utilizados demissionando o mecanismo de reclamação em função do risco e do impacto adverso nas comunidades afectadas e decidir sobre a complexidade das características da reclamação. Isto permitirá compreender quem será afectado e quais serão provavelmente os seus impactos e quais são os maiores desafios do projecto.

Princípio 2. Adequação cultural: Concebidos para ter em conta formas culturalmente adequadas de lidar com as preocupações da comunidade.

Para atingir este objectivo, os projectos devem: 1) procurar obter informações sobre formas culturalmente aceitáveis de lidar com queixas de grupos significativamente diferentes dentro das comunidades afectadas, incluindo diferentes grupos étnicos ou culturais dentro da área afectada pelo projecto; 2) compreender os atributos culturais, costumes e tradições que podem influenciar ou impedir a sua capacidade de expressar as suas queixas, incluindo diferenças nos papéis e responsabilidades sociais e de género de subgrupos (especialmente mulheres) e sensibilidades e tabus culturais; e 3) chegar a acordo sobre a melhor forma de aceder aos mecanismos de queixa, tendo em consideração as formas como as comunidades expressam e lidam com as queixas.

Princípio 3. Acessibilidade e viabilidade económica: Um mecanismo claro e compreensível que seja acessível a todos os segmentos das comunidades afectadas, sem custos.

Os procedimentos de reclamação só funcionam se não apresentarem barreiras (ou apresentarem poucas) ao acesso das comunidades. A acessibilidade depende de: 1) comunicação clara - disponibilidade de informação de fácil compreensão sobre o processo de queixa e o funcionamento do mecanismo; 2) facilidade de utilização - meios simples, convenientes e culturalmente apropriados para apresentar queixas, sem custos para os queixosos (isto pode envolver o encorajamento e a assistência às comunidades afectadas para apresentarem queixas quando surgem problemas); e 3) apoio contínuo na compreensão, apresentação e apresentação formal de queixas.

Princípio 4. Transparência e responsabilidade perante todas as partes interessadas

O MGR deve demonstrar às partes interessadas: 1) quem na organização é responsável pelo tratamento das queixas e pela comunicação dos resultados, e quem é responsável pela supervisão do mecanismo; 2) terão um contributo para o seu desenvolvimento; 3) informação suficiente sobre como aceder ao mesmo; e 4) têm poder para assegurar que o processo é cumprido pelos diretamente responsáveis pela sua gestão.

Princípio 5. Voluntariamente, livremente e sem retaliação: Um mecanismo que evite a retribuição e não impeça o acesso a outras soluções.

Todo o processo de envolvimento, e não apenas a sensibilização para as queixas, encorajará as partes interessadas a partilharem livremente as suas preocupações, com o entendimento de que não será exigida qualquer retribuição pela participação. O MGR pode ser accionado em paralelo com a procura de soluções junto das autoridades nacionais formais. Os mecanismos de recurso não relacionados com o projecto constituem uma alternativa razoável em algumas circunstâncias, mas não substituem um mecanismo de queixas a nível do projecto.

Serão criados materiais de comunicação específicos (panfletos MGR, cartazes) para ajudar as partes interessadas a familiarizarem-se com os canais e procedimentos de reparação de queixas. Será também desenvolvido um guia/manual de MGR e serão instaladas caixas de sugestões nas localidades afectados e junto aos locais de construção. A fim de captar e acompanhar as queixas recebidas no âmbito do projecto, está previsto um sistema/base de dados de informação de gestão do MPG. O MGR servirá também como uma oportunidade para o ponto de entrada do envolvimento do cidadão, uma vez que permitirá a aceitação de perguntas, questões, comentários e feedback positivo específicos do projecto.

Princípio 6. A centralidade do sobrevivente e a segurança, confidencialidade e anonimato.

A abordagem centrada no sobrevivente é um conjunto de cinco princípios que tem por objectivo criar um ambiente de apoio em que os direitos de cada sobrevivente são respeitados e em que a pessoa é tratada com dignidade e respeito. Os cinco princípios são: 1) confidencialidade e consentimento informado; 2) segurança; 3) não-discriminação; 4) respeito; e 5) acesso a serviços.

O MGR do projecto sensível à VBG aplica os princípios da abordagem centrada no sobrevivente, tendo procedimentos e medidas para lidar com tais alegações de forma segura, atempada e ética. O MGR determina abaixo os passos para o tratamento e análise deste tipo de alegações em cada fase do processo; procedimentos para a análise de queixas ou relatórios de incidentes, incluindo informações sobre o processo de investigação e verificação; requisitos de confidencialidade para o tratamento de casos (por exemplo, protocolos de consentimento e partilha de informações); comunicação interna de alegações, para responsabilização do caso. Os protocolos incluirão um caminho para encaminhar os sobreviventes para os serviços de apoio adequados e a forma como as acções disciplinares são determinadas para os intervenientes no projecto, seguindo os requisitos da legislação laboral local, os regulamentos nacionais relevantes, bem como os requisitos de comunicação obrigatória de incidentes EAS/AS para adultos e crianças em cada país.

5.2. NÍVEIS DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES, COMPOSIÇÃO E RESPONSABILIDADES

O EDM deverá definir as funções, responsabilidades e autoridade, bem como o pessoal específico para ser responsável pela implementação e monitoria das actividades de envolvimento das partes interessadas. O MGR deverá composto por diferentes níveis de atuação, cada um com responsabilidades específicas e claramente definidas:

1. **Nível Comunitário (Local):**

    - **Composição:** Líderes comunitários, representantes locais, Oficial de Ligação Comunitária, Organizações da Sociedade Civil (ONGs, Associações Comunitárias).

    - **Responsabilidades:** Monitorar o cumprimento das normas e regulamentos, além de facilitar a comunicação entre o promotor do projeto e as comunidades, garantindo que as reclamações sejam tratadas conforme a lei.

Participa activamente no processo, utilizando o MGR para expressar preocupações e contribuir para a resolução de problemas relacionados ao projecto.

Prestar apoio às comunidades, garantindo que tenham acesso ao MGR e que a suas reclamações sejam tratadas de forma justa e inclusiva.

- Receber e registrar reclamações através de diversos canais (oralmente, por escrito ou eletronicamente), realizar triagem inicial para verificar se a reclamação está relacionada ao projeto e encaminhá-la ao nível apropriado. Também envolve a comunicação direta com a comunidade para esclarecer dúvidas e fornecer feedback.

2. **Nível da Unidade de Implementação do Projeto (UIP-EDM):**

   - **Composição:** Especialista Social, especialistas técnicos, e representantes da UIP.

   - **Responsabilidades:** O proponente do projecto, é responsável por implementar, monitorizar e assegurar o funcionamento contínuo do MGR, garantindo que ele esteja adequado às realidades ambientais e sociais locais e seja acessível, transparente, e eficiente para todas as partes interessadas e afectadas.

     Realizar investigações detalhadas sobre as reclamações, inclusive visitas ao local e análises documentais, além de emitir decisões e recomendações com base nas descobertas. Também é responsável por coordenar a implementação das medidas corretivas.

3. **Nível Institucional/Comitê Supervisor:**

   - **Composição:** Representantes da UIP, Especialista Social, Comitê Supervisor do MGR, Autoridades Judiciais e representantes da EDM, conforme necessário.

   - **Responsabilidades:**

     Grupo formado por indivíduos de diferentes grupos de interesse, que avaliam e monitora as reclamações de forma imparcial, assegurando que todas as decisões sejam justas e transparentes.

     Intervêm em casos onde o MGR não consegue resolver disputas, garantindo que as resoluções sejam legais e justas. São o último recurso para a resolução das queixas e reclamações.

     Participa activamente e em parceria com a EDM no processo, garantindo a implementação de medidas de mitigação da empreitada, registando as reclamações e auxiliando na proposta de soluções específicas para resolução de problemas relacionados com as actividades geradoras de reclamações

     Supervisionar a implementação das decisões e medidas corretivas propostas. Este nível assegura que as reclamações sejam resolvidas de forma justa e eficaz, emitindo declarações de encerramento.

5.3. CANAIS DE ACESSO AO MGR

Os canais de acesso são fundamentais para garantir que todas as partes interessadas possam comunicar preocupações, sugestões ou reclamações de maneira eficaz e acessível. Os mesmos serão acessíveis a todas as partes interessadas, sem custos, garantindo a inclusão e a participação ativa no processo de gestão do projeto. Os canais disponíveis incluem:

- **Presencialmente:** Apresentação de reclamações diretamente nos locais ou pontos de contato comunitários.
- **Por telefone:** Ligação gratuita para o número disponibilizado pela EDM, a ser gerido pelo Oficial de Ligação Comunitária do projeto.
- **SMS gratuitos:** A EDM fornecerá um número gratuíto para o envio de mensagens SMS, facilitando o acesso às partes interessadas que tenham limitações de acesso a outros canais.
- **Por escrito: C**aixas de reclamações localizadas nos gabinetes administrativos ou nas comunidades afetadas.
- **Redes sociais:** Páginas do Facebook e WhatsApp da EDM, para facilitar o contato com as comunidades, principalmente as mais jovens ou com acesso limitado a meios tradicionais de comunicação.

5.4. DESCRIÇÃO DO MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES

A EDM conta com um mecanismo de Gestão de reclamação e sugestão que já prevê o mecanismo de apresentação de queixas e sugestões em projectos. Para o Projecto Songo-Matambo seguir-se-á os pressupostos do mecanismo em vigor na EDM (figura 2), resumido no fluxograma abaixo em combinação com uma gestão particular do projecto.

O processo de reclamações consiste em 6 etapas, cada uma seguindo sequencialmente a primeira, começando por: (1) receber, registar e confirmar o recebimento de uma reclamação; (2) Triagem inicial para verificar se a reclamação está ou não relacionada às atividades do projeto; (3) Investigar e verificar a reclamação e, se necessário, determinar em colaboração, as opções da resolução; (4) Acordar acções de resolução com o reclamante; (5) implementar a acção correctiva acordada e; (6)verificar o resultado com o reclamante.

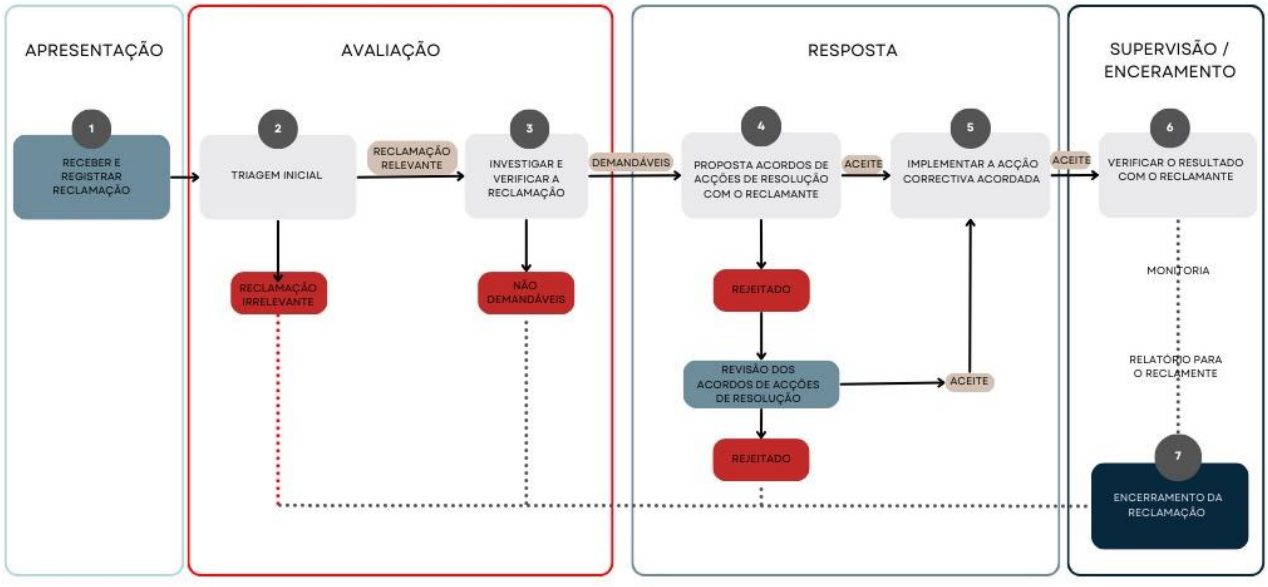


FIGURA 3. MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (MGR-EAS/AS -EDM)

5.4.1. APRESENTAÇÃO DE QUEIXAS

A gestão eficaz das queixas assenta fortemente num conjunto de princípios fundamentais destinados a promover a equidade do processo e dos seus resultados. O procedimento de reclamação deve ser concebido de forma a ser múltiplo, acessível, eficaz, fácil, compreensível, confidencial e sem custos para o queixoso.

Qualquer queixa pode ser levada ao conhecimento do MGR por meio dos canais seguintes:

a. Pessoalmente
    a. Entrega pessoal nos endereços/números a determinar.
    b.
b. Por telefone
    a. À UIP (a ser gerido pelo Oficial de Ligação Comunitária do Projecto)[2]
    b. SMS gratuitos (através do número gratuito do projecto que a EDM irá facultar ou abrir uma nova linha)
c. Por escrito
    a. Por correio eletrónico: (dedicado especificamente à recepção de queixas) onde a equipa técnica do projecto e especialmente o especialista em gestão de riscos ambientais e sociais procederão participar no tratamento das queixas
    b. Correio postal
    c. Fax ou
    d. do website do projecto – actraves de um formulário de reclamação, preenchendo campos como Descrição do problema ou preocupação; informações do reclamante (nome, localização, informações de contato); categoria da queixa (por exemplo, ambiental, social, saúde e segurança, etc.); opção para anexar documentos ou evidências (fotos, relatórios) e campo para sugestão de solução, se aplicável.
    e. Caixa de reclamações localizada no gabinete administrativo ((da Localidade, Posto Administrativo, distrito, assim como na liderança das comunidades) ou no gabinete de ligação do projecto, assim em todas as localidades e comunidades afectadas
    f. das redes sociais (página do Facebook, WhatsApp que a EDM irá facultar os detalhes para aceder)

Todas as queixas podem ser preenchidas de forma anónima. Os múltiplos pontos de acesso e os pormenores sobre os pontos de entrada locais serão divulgados e farão parte da sensibilização quando forem conhecidas outras micro-localizações dos subprojectos.

Ao nível dos locais de intervenção do projecto, um livro de registo de reclamações, formulários de reclamação e uma caixa de reclamações serão disponibilizados ao público de forma permanente. Estes últimos serão depositados no gabinete administrativo (da Localidade, Posto Administrativo, distrito, assim como na liderança das comunidades) ou no gabinete de ligação do projecto.

Para além da abordagem local de intervenção do projecto, as queixas poderão também ser recebidas directamente na Unidade de Implementação do Projecto através de chamadas telefónicas (a ser gerido pelo Oficial de Ligação Comunitária do Projecto)[3] ou SMS gratuitos (através do número gratuito do projecto que a EDM irá facultar), através das redes sociais (página do Facebook, WhatsApp que a EDM irá facultar os detalhes para aceder), do website do projecto, do e-mail (dedicado especificamente à recepção de queixas) onde a equipa técnica do projecto e especialmente o especialista em gestão de riscos ambientais e sociais procederão participar no tratamento das queixas.

5.4.2. ETAPAS DO MGR-EAS/AS

[2] A linha verde deverá ser estabelecido pelo Proponente do Projecto, e gerido pela UIP através de OLC
[3] A linha verde deverá ser estabelecido pelo Proponente do Projecto, e gerido pela UIP através de OLC

Em geral, todas as reclamações das comunidades afectadas devem ser aceites e não deve ser feito qualquer julgamento antes da triagem. Qualquer dúvida ou reclamação relacionada com as actividades do projecto pode ser apresentada e constituirá uma reclamação válida a ser deliberada e respondida de acordo com o procedimento MGR especificado. No entanto, devem ser tomadas decisões para excluir algumas das queixas não relacionadas e não atribuíveis aos impactos do projecto. Estas podem exigir uma consideração especial e um possível redireccionamento para outros mecanismos e instituições. Estas podem ser reconhecidas como pertencentes a qualquer uma das queixas abaixo (a lista não é exaustiva e é fornecida a título de exemplo):

- Queixas claramente não relacionadas com o projecto: Por vezes, é difícil determinar quais as questões que estão relacionadas com o projecto e quais as que não estão. Em caso de dúvida, os funcionários designados para receber queixas devem aceitar a queixa e avaliar a sua legitimidade. A celebração de acordos prévios com as comunidades sobre os tipos de queixas que estão e não estão relacionados com o projecto ajudará a evitar mal-entendidos em casos individuais;
- Queixas que constituam actividade criminosa e denúncia de violência: Nestes casos, os queixosos devem ser encaminhados para o sistema de justiça formal. Para casos específicos de Violência Baseada em Gênero (VBG), a sobrevivente deverá ser automaticamente referenciada para prestadores de serviço especializados, garantindo o suporte necessário. Além disso, essas queixas podem ser tratadas paralelamente ao sistema administrativo do projeto, assegurando que o acompanhamento seja realizado de maneira sensível e centrada na sobrevivente, respeitando os protocolos e leis nacionais aplicáveis.;
- Queixas relacionadas com o trabalho: Deve ser criado um mecanismo separado através de políticas de recursos humanos ou em conformidade com acordos de negociação colectiva. Além disso, o Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) deve ser acessível aos trabalhadores do projeto, conforme previsto nas Normas de Desempenho Ambiental e Social (NAS) 2 e 10, garantindo que eles tenham um canal adequado para expressar suas preocupações e obter resoluções de forma justa e transparente;
- Litígios comerciais: Os assuntos comerciais devem ser estipulados em acordos contratuais e as questões devem ser resolvidas através de uma variedade de mecanismos de resolução de litígios comerciais ou de tribunais civis.
- Queixas EAS/AS: os protocolos e procedimentos específicos para lidar com este tipo de queixa, seguindo a abordagem centrada no sobrevivente e as leis nacionais, foram descritos na sessão 5.2.

A) Estrutura e Processos do Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR)

O processo do Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) é organizado em diferentes níveis, cada um com responsabilidades específicas e procedimentos definidos.

No **Nível Comunitário (Local)**, a função principal é receber e registrar queixas através de vários canais, como oralmente, por escrito, e eletronicamente. Este nível é responsável por triagem e categorização das queixas, encaminhando-as para o nível apropriado. Os responsáveis por este nível incluem pontos de contato locais, como lideranças comunitárias e caixas de queixas, bem como o Oficial de Ligação Comunitária (AS) na área. Em casos que envolvem questões sociais sensíveis, como reassentamento ou impactos em grupos vulneráveis, a queixa deve ser encaminhada ao Especialista Social. Se a queixa estiver relacionada a problemas técnicos ou falhas no fornecimento de energia elétrica, será referenciada diretamente à EDM.

No **Nível da Unidade de Implementação do Projeto (UIP)**, as queixas triadas e registradas no nível comunitário são recebidas e investigadas de forma detalhada. Este nível realiza investigações, incluindo visitas ao local e análises documentais, e emite decisões e recomendações baseadas nas descobertas. A UIP, com suporte do Especialista Social e especialistas técnicos conforme necessário, é responsável por esta etapa. As queixas que exigem conhecimento especializado são encaminhadas ao Especialista Social ou à EDM, dependendo da natureza do problema.

O **Nível Institucional/Comitê Supervisor** tem a função de supervisionar a implementação das decisões e medidas corretivas propostas. Este nível garante que as queixas sejam resolvidas de maneira justa e eficaz, realizando uma avaliação final e emitindo declarações de encerramento das queixas. O Comitê Supervisor do

MGR e representantes da UIP são responsáveis por esta etapa, com o suporte do Especialista Social e representantes da EDM quando necessário.

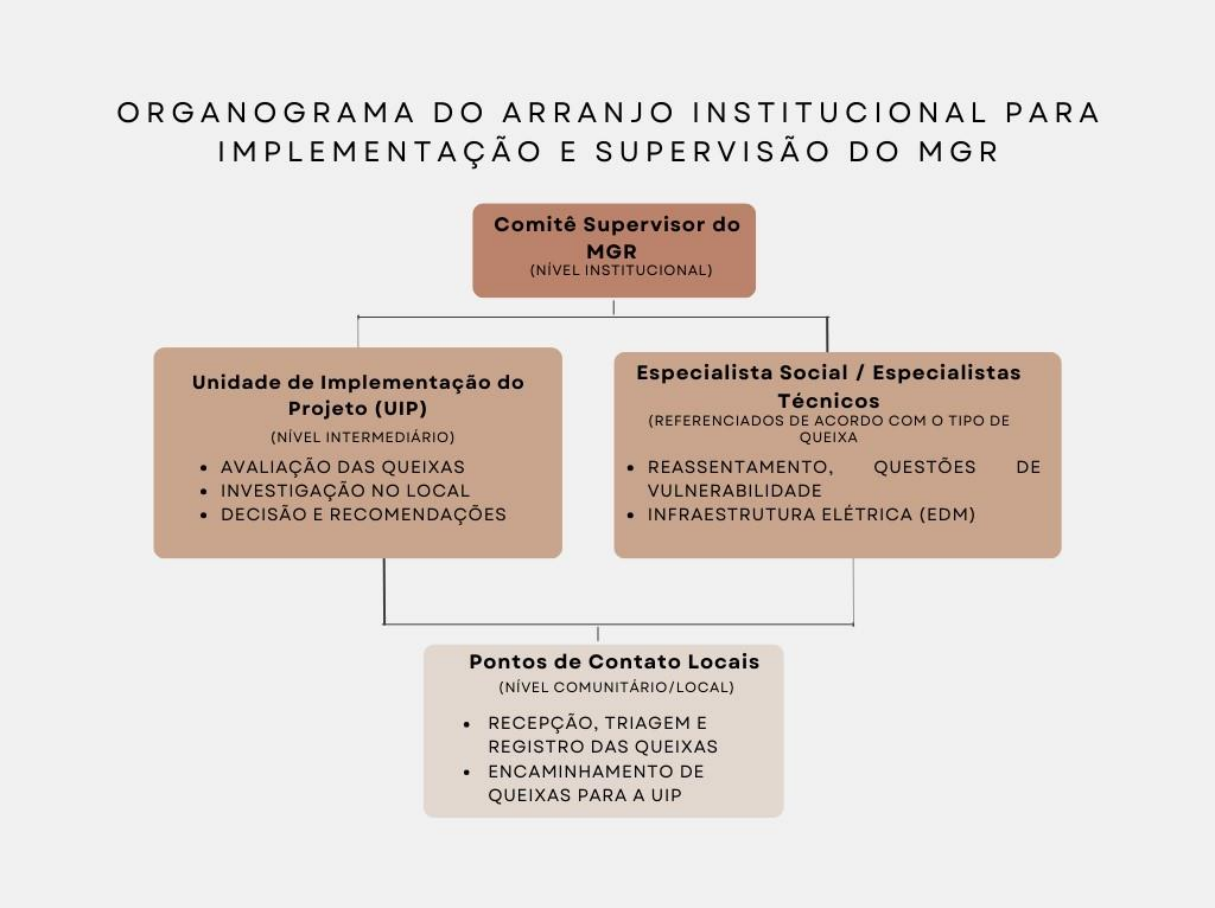


FIGURA 4. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO E SUPERVISÃO DO MGR

Qualquer queixa deve seguir o percurso das seguintes etapas obrigatórias:
TABELA 6. ETAPAS DE MGR

ETAPAS	Descrição do Processo	Período de tempo	Responsabilidade
ETAPA 1: Apresentação de queixas/Aceitação de queixas	• As queixas podem ser apresentadas através dos seguintes canais: oralmente, correio eletrónico, telefone, por escrito através do preenchimento do formulário ao nível comunitário a ser depositado na caixa de reclamação.	Após a recepção da queixa.	Pontos de contacto locais para as queixas.
ETAPA 2: Registo das queixas, triagem,classificação das queixas Selecção/ tratamento	A queixa será registrada e a recepção da queixa é acusada ao queixoso por protocolo de submissão de queixa; Com base na tipologia das queixas e dos queixosos, a fim de dar uma resposta mais eficaz e, se possível, dar uma resposta inicial imediata. A tipologia basear-se-á na natureza da queixa Todas as queixas recebidas são: (i) encaminhadas para comité Local de	No prazo de 2 dias após a recepção.	Pontos de contacto locais para as queixas.

ETAPAS	Descrição do Processo	Período de tempo	Responsabilidade
	acompanhamento/ reassentamento; (ii) registradas em formulário específico e encaminhadas para a Unidade de Implementação do Projecto (iii) categorizadas de acordo com os seguintes tipo de queixa: • **Procedente:** são as consultas, sugestões ou reclamações que têm a ver com as actividades/ sub-projectos a serem implementado • **Não procedente:** são as consultas, sugestões ou reclamações que não têm a ver com as actividades/sub-projectos a serem implementados pelo Projecto.		
ETAPA 3. Investigação da queixa e diligência devida	Este processo inclui normalmente visitas ao local, análises de documentos, uma reunião com o utilizador do MGR (se for conhecido e estiver disposto a participar) e reuniões com indivíduos e/ou entidades que possam ajudar a resolver a questão. Depois da investigação é categorizada de acordo com os seguintes tipos de queixas e não se limitando: • Incumprimento e/ou negligencia de medidas de saúde e segurança ocupacional; • Desapontamento relacionado às expectativas contratuais; • Falha dos subcontratados e seus trabalhadores ou condutores em cumprir os padrões ou obrigações legais; • Mau comportamento ou assédio de qualquer tipo de indivíduos relacionados ao projecto.	No prazo de 10 dias úteis.	Pontos de contacto locais para as queixas.
ETAPA 4. Avaliação e decisão	A decisão deve apresentar uma avaliação clara da queixa, uma decisão clara e recomendações para uma solução justa e propor medidas para modificar o comportamento futuro que causou a queixa, bem como medidas propostas para compensar se as medidas de atenuação não puderem remediar o dano ou prejuízo. A decisão deve ser tomada por escrito e entregue à pessoa que apresentou a queixa, bem como a qualquer outra pessoa ou entidade à qual a recomendação e as medidas se apliquem ou estejam obrigadas por lei. A pessoa que apresentou a queixa pode exprimir a sua satisfação pessoal relativamente ao resultado do procedimento de resolução de queixas.	10 a 30 dias, consoante a complexidade do inquérito	Especialista Social/Oficial de ligação comunitária do AS UIP.
ETAPA 5. Monitoria	O UIP através da equipa dos especialistas	Trimestralmente	Especialista

ETAPAS	Descrição do Processo	Período de tempo	Responsabilidade
e acompanhamento	A&S + VBG, irá garantir o arquivo físico e online das sugestões e reclamações a serem apresentados para o projecto. A monitoria e avaliação da implementação do mecanismo será feito no campo e online através da plataforma que será desenvolvido contendo todas as etapas de resolução e com alertas das etapas atrasadas, bem como será elaborado relatórios períodos referente ao progresso de implementação de acordo com o previsto pelas políticas do BM. Os arquivos irão conter dados de todos os casos recebidos, informações sobre a queixa, detalhes do caso, a análise do problema, acções potenciais para acompanhamento, explicação sobre a resolução (incluindo respostas enviadas, acções tomadas, datas das respostas e das acções) e indicadores para medir o monitoramento e resolução das reclamações e não cumprimento. Serão estabelecidos os seguintes indicadores: quantidade de reclamações (número e percentagem) não resolvidas, dentro de um período definido (trimestralmente), tempo necessário para resolução de reclamações e não cumprimentos (alocados nas diferentes categorias), percentagem de beneficiários dos projectos que têm acesso ao MDR. .		Social/Oficial de ligação comunitária do AS UIP.
ETAPA 6. Encerramento	• Antes de encerrar qualquer queixa/queixa, o MGR deve o Confirmar que as acções necessárias do MGR foram executadas, que o processo de resolução de queixas foi seguido e que foi tomada uma decisão justa; o Organizar reunião(ões) no prazo de 10 dias após ter sido contactado pelas partes interessadas para discutir a forma de resolver a questão, se não tiver sido realizada anteriormente; o Recomendar a decisão final sobre a medida de atenuação ao queixoso/parte lesada; o Implementar a medida de atenuação acordada; o Actualizar o Formulário de Relatório de Queixa e fazer com que seja assinado pelo queixoso/parte lesada; o Assinar o Formulário de Relatório de	15 a 30 dias depois de todo processo de monitoria	Especialista Social/Oficial de ligação comunitária do AS UIP.

ETAPAS	Descrição do Processo	Período de tempo	Responsabilidade
	Queixa e registar a informação actualizada da queixa no Registo de Queixas; e o Enviar cópias dos documentos relevantes (por exemplo, Formulário de Relatório de Queixa preenchido, medida de atenuação, actas das reuniões, se for caso disso) às partes interessadas. E no fim, deverá ser emitida uma declaração oficial de encerramento da reclamação. É recolhido o feedback dos queixosos relativamente à sua satisfação com a resolução das queixas (Reuniões comunitárias, Focus Group Discussions (FGDs), Quadro de avisos, media, rádio, linha directa do projecto, SMS, website, Quadro de avisos da comunidade, rádio comunitária, TV, etc). **Se uma pessoa que apresenta uma reclamação não estiver satisfeita com a resolução no primeiro ou segundo nível, pode solicitar que a mesma seja elevada ao nível seguinte. Se não estiver satisfeita com a resolução final, pode recorrer aos tribunais ou seguir outras vias.**		
Processo de Recurso em Caso de Insatisfação com a Resolução	Em caso de insatisfação com a resolução dada a uma reclamação, o reclamante terá o direito de recorrer à decisão tomada. O processo de recurso será estruturado da seguinte forma: 1. **Notificação de Insatisfação:** O reclamante deverá comunicar formalmente sua insatisfação com a resposta ou ação tomada no processo de reclamação, dentro de um prazo específico. 2. **Reavaliação do Caso:** Após a notificação, a reclamação será reavaliada por um **comitê superior** ou **autoridade designada**, que não tenha participado da decisão inicial. Este comitê será responsável por revisar todos os detalhes da reclamação e da resposta dada, considerando novas evidências ou informações que possam ter sido negligenciadas. 3. **Decisão Final do Recurso:** O comitê superior tomará uma decisão final sobre a reclamação, a qual será comunicada	**10 dias úteis** após a decisão final	Especialista Social/Oficial de ligação comunitária do AS UIP.

ETAPAS	Descrição do Processo	Período de tempo	Responsabilidade
	ao reclamante e às partes envolvidas. A decisão final será **irrevogável** e deverá ser implementada conforme as orientações dadas. 4. **Acesso a Instâncias Externas:** Caso o reclamante continue insatisfeito com a decisão final do comitê, ele poderá recorrer a **instâncias externas**, como **autoridades reguladoras** ou **instituições independentes**, para uma revisão imparcial do caso. 5. **Registro e Acompanhamento do Processo de Recurso:** Todo o processo de recurso será **registrado** e acompanhado para garantir transparência e conformidade com as normas do projeto e as exigências legais. O histórico de cada recurso será mantido em **arquivo** e acessível para as partes interessadas, garantindo rastreabilidade e prestação de contas.		

5.4.3. Tratamento de Alegações e Medidas Disciplinares

As alegações de violações ao Código de Conduta (CdC) podem ser apresentadas por qualquer trabalhador, supervisor, cliente ou parte interessada por meio dos canais oficiais de comunicação da empresa, incluindo um sistema de denúncias anônimas. Todas as alegações serão registradas e encaminhadas para a equipe de conformidade ou para o responsável designado para avaliação inicial.

A análise preliminar visa determinar se a alegação tem fundamento e se requer uma investigação mais aprofundada. Este processo será conduzido com estrita confidencialidade, garantindo a proteção do denunciante contra qualquer tipo de retaliação.

Prazos para Tratamento das Alegações

Para garantir a eficiência e transparência do processo, são estabelecidos os seguintes prazos para o tratamento das alegações:

- **Registro da alegação:** Imediato, com confirmação de recebimento em até 48 horas;
- **Análise preliminar:** Até 7 dias úteis para determinar se a alegação justifica uma investigação completa;
- **Investigação:** Até 30 dias úteis, podendo ser prorrogado em casos complexos;
- **Decisão final e comunicação:** Em até 10 dias úteis após a conclusão da investigação.

Durante todo o processo, as partes envolvidas serão informadas sobre o andamento da investigação, respeitando os princípios de sigilo e imparcialidade.

MEDIDAS DISCIPLINARES E PROCEDIMENTOS

Caso uma violação ao CdC seja confirmada, as medidas disciplinares serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração e a legislação vigente. As ações disciplinares podem incluir:

- **Advertência verbal ou escrita:** Para infrações leves, como conduta inadequada ocasional;
- **Suspensão temporária:** Para casos reincidentes ou infrações moderadas;
- **Rescisão contratual:** Para infrações graves, como assédio, fraude ou violações éticas severas;
- **Ações legais:** Quando necessário, a empresa poderá encaminhar o caso às autoridades competentes.

5.5. QUEIXAS DE EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL/ASSÉDIO SEXUAL (EAS/AS)

No que diz respeito às queixas relacionadas com a Exploração ou Abuso Sexual (EAS) e Assédio Sexual (AS), é muito importante que o UIP estabeleça procedimentos específicos que possam garantir que as queixas sejam registadas, gravadas e tratadas de forma segura, anónima e confidencial. Estes procedimentos têm de equilibrar a necessidade de se centrarem no sobrevivente e, ao mesmo tempo, garantirem um processo justo, considerando os direitos dos alegados perpetradores à privacidade e à presunção de inocência. As boas práticas globais reconhecem que é essencial responder adequadamente à queixa de um sobrevivente, respeitando as suas escolhas. Isto significa que os direitos, necessidades e desejos do sobrevivente têm prioridade em todas as decisões relacionadas com o incidente. Devem ser feitos todos os esforços para proteger a segurança e o bem-estar do sobrevivente e qualquer acção deve ser sempre tomada com o consentimento do sobrevivente.

Como parte do EAS do projecto, um Plano de Acção específico será elaborado durante a fase de planeamento e avaliação do projeto, antes do início das atividades propondo algumas medidas para prevenir e responder aos riscos de VBG/EAS/AS, incluindo um Quadro de Responsabilidade e Resposta, uma cartografia dos prestadores de serviço e um Caminho de Referência. O Quadro de Responsabilização e Resposta e o Percurso de Encaminhamento irão detalhar a forma como as alegações de EAS/AS serão tratadas (procedimentos de investigação) e a acção disciplinar por violação dos códigos de conduta (CdC) por parte dos trabalhadores, assim como deverá ser feito o encaminhamento das sobrevivente aos prestadores de serviço cartografados. O Quadro de Responsabilização e Resposta deve incluir, no mínimo:

- Procedimentos para comunicar internamente alegações de EAS/AS para responsabilização do caso;
- Uma via de encaminhamento dos sobreviventes para os serviços de apoio adequados;
- Procedimentos que estabeleçam claramente os requisitos de confidencialidade no tratamento dos casos;
- Propor um mecanismo de recurso.

No caso de EAS/AS, o MGR deverá: (i) encaminhar os queixosos para o prestador de serviços de VBG; e (ii) registar a a queixa e fazer a triagem para verificar se está relacionada à uma atividade do projeto; (iii) Outras precauções devem incluir medidas rigorosas para garantir a confidencialidade e proteção do sobrevivente, uma investigação imparcial e justa, definição clara de ações disciplinares, comunicação interna apropriada, suporte contínuo ao sobrevivente e acompanhamento do processo para avaliação e melhoria.

5.5.1. DEFINIÇÕES

Para efeitos do MGR deste Projecto, os seguintes termos são definidos como:

- Exploração sexual é entendida como qualquer abuso real ou tentativa de abuso de uma posição de vulnerabilidade, poder diferencial ou confiança para fins sexuais, incluindo, mas não se limitando a, lucrar monetariamente, socialmente ou politicamente com a exploração sexual de outra pessoa (Glossário da ONU sobre Exploração e Abuso Sexual 2017, pg. 6).
- O abuso sexual é entendido como a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercivas (UN Glossary on Sexual Exploitation and Abuse 2017, pg. 5).
- O assédio sexual (AS) é entendido como qualquer avanço sexual indesejado, pedido de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de carácter sexual.
- Denúncia: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define-a como "a denúncia por parte de empregados ou antigos empregados de práticas ilegais, irregulares, perigosas ou pouco éticas por parte dos empregadores".
- A violência baseada no género é a violência dirigida contra uma pessoa devido ao seu género ou a violência que afecta desproporcionadamente pessoas de um determinado género.

5.5.2. PROCEDIMENTO EAS/AS

Quando é apresentada uma queixa do tipo EAS ou AS, devem ser aplicadas as medidas definidas no Quadro de Responsabilização e Resposta e a pessoa focal VBG no MGR ao nível central da UIP ou ao nível do projecto (nos projectos em que é contratada uma pessoa focal), que tem formação na gestão de queixas do tipo EAS/AS, deve tratar da queixa.

Quando a queixa é recebida, os procedimentos estabelecidos na tabela 4 da secção 5.2.2. Processo de reclamação devem ser adaptados para garantir o seguinte:

1. Confidencialidade da informação: A confidencialidade é essencial ao longo de todo o processo. Caso contrário, o sobrevivente arrisca-se a sofrer retaliações e a perder a sua segurança. Nenhuma informação identificável sobre o sobrevivente deve ser armazenada na base de dados do MGR. O MGR não deve pedir, ou registar, mais do que as seguintes informações relacionadas com a alegação de EAS/AS:
    a. A natureza da queixa (o que o queixoso diz nas suas próprias palavras, sem interrogatório directo);
    b. Se, tanto quanto é do conhecimento do sobrevivente, o agressor estava associado ao projecto;
    c. Se possível, a idade e o sexo do sobrevivente; e
    d. Se possível, informações sobre se o sobrevivente foi encaminhado para os serviços.
2. Depois de registar as informações acima referidas, a queixa deve ser encaminhada para a pessoa focal de VBG da MGR, que deve fornecer aos sobreviventes informações imediatas sobre as opções de denúncia e resposta, incluindo o encaminhamento para os prestadores de serviços de VBG existentes. A pessoa focal de VBG do MGR não deve tentar investigar a queixa. Esta deve ser aceite e deve ser imediatamente encaminhada para os prestadores de serviços de VBG. As informações relacionadas à queixa devem ser compartilhadas apenas com as pessoas previamente identificadas e autorizadas para a gestão e monitoramento de queixas EAS/AS, garantindo a confidencialidade e a proteção dos dados sensíveis.
3. O MGR deve ter em vigor processos para notificar imediatamente a EDM e o Banco Mundial de quaisquer queixas de EAS/AS, com o consentimento do sobrevivente. Para o protocolo de notificação do Banco Mundial, consultar o Kit de Ferramentas de Resposta a Incidentes Ambientais e Sociais (ESIRT).
4. A decisão de comunicar ao MGR e de aceder ou não aos serviços deve ficar ao critério do sobrevivente, com base nas informações fornecidas. Assim, se o sobrevivente quiser simplesmente aceder aos

serviços e não apresentar uma queixa formal, isso também deve ser aceite. O MGR deve servir principalmente para encaminhar os queixosos para os prestadores de serviços de VBG (relacionados ou não com o projecto) imediatamente após a recepção de uma queixa. Para além disso, os sobreviventes devem ser informados de qualquer requisito de denúncia obrigatória e dos limites de confidencialidade com base na legislação do país.

5. Ao determinar os prestadores de serviços de VBG, devem ser consideradas as organizações que podem prestar apoio a: (i) saúde; (ii) psicossocial; e (iii) apoio jurídico. Os serviços devem seguir padrões e directrizes globais.
6. Qualquer sobrevivente que denuncie a VBG através de um mecanismo de denúncia num projecto de financiamento do Banco Mundial deve receber cuidados independentemente de se saber se o agressor está ou não associado ao projecto. Isto porque, muitas vezes, as especificidades do perpetrador podem não ser conhecidas no momento em que os serviços de apoio são iniciados e, uma vez iniciados, o sobrevivente deve poder continuar a aceder aos cuidados.
7. As alegações de EAS/AS devem ser tratadas no prazo de 24 horas após a recepção da queixa. Quando o queixoso consentir, o MGR deve iniciar procedimentos para determinar se devem ser implementadas medidas disciplinares, conforme estabelecido no Quadro de Responsabilização e Resposta.

5.5.3. PROCESSAMENTO, RESOLUÇÃO E ENCERRAMENTO DA QUEIXA

O processamento, a resolução e o encerramento da queixa devem ser adaptados no caso de queixas do tipo EAS/AS, tendo em conta o seguinte

1. Como descrito anteriormente, quando uma queixa é recebida, é registada no MGR do projecto e encaminhada para a pessoa focal de VBG ao nível do projecto e, subsequentemente, para o prestador de serviços de VBG relevante com o consentimento do queixoso. O prestador de serviços inicia o processo de responsabilização com o consentimento do sobrevivente. Se o sobrevivente não quiser apresentar uma queixa oficial ao empregador, a queixa é encerrada. Se o sobrevivente prosseguir com a queixa, o caso é analisado através do mecanismo de resolução EAS/AS estabelecido, que será desenvolvido ao nível de cada fase de actividade, e é acordada uma linha de acção; A queixa deve ser referenciada para o MGR com o consentimento da sobrevivente se estiver relacionada com uma atividade do projeto. É essencial ter memorandos de entendimento com os prestadores de serviços para garantir que todos estejam cientes dos protocolos para esses casos. O processo de resolução inclui a confirmação de que a ação tomada é apropriada, e o MGR é então informado de que o caso está encerrado; a parte adequada que emprega o perpetrador (ou seja, o empreiteiro, o consultor ou a AI) toma as medidas disciplinares acordadas de acordo com a legislação local, o contrato de trabalho e os códigos de conduta. No âmbito do mecanismo de resolução EAS/AS, será avaliado se a acção tomada é apropriada e efectiva, garantindo que não haja retaliação. Após essa confirmação, o MGR será informado de que o caso foi resolvido e está encerrado.
2. No que respeita ao apoio prestado ao sobrevivente pelo prestador de serviços de VBG, de acordo com a abordagem centrada no sobrevivente, o caso só é encerrado quando o sobrevivente já não necessita de apoio.
3. Todos os sobreviventes de EAS/AS que se apresentem antes da data de encerramento do projecto devem ser imediatamente encaminhados para o prestador de serviços de VBG para tratamento de saúde, psicossocial e jurídico. Isso assegura que, mesmo no final do projeto, os sobreviventes recebam o suporte necessário para suas necessidades de saúde e recuperação, conforme as diretrizes estabelecidas.
4. Se for provável que um projecto seja encerrado com casos de EAS/AS ainda em aberto, antes do encerramento do projeto devem ser tomadas medidas adequadas com o prestador de serviços de VBG para garantir que existem recursos para apoiar o sobrevivente durante um período adequado após o

encerramento do projecto e, no mínimo, durante dois anos a partir do momento em que esse apoio foi iniciado. É importante observar que o trabalho feito pelos prestadores de serviços normalmente não é financiado diretamente pelo projeto; portanto, deve-se garantir que recursos alternativos estejam disponíveis para manter o suporte aos sobreviventes após o término do financiamento do projeto. O financiamento para este fim não pode ser fornecido pelo projecto após a data de encerramento, pelo que terão de ser tomadas outras medidas, tais como o financiamento pelo Mutuário, envolvendo outros projectos dentro da carteira que possam ter objectivos alinhados e flexibilidade orçamental, ou em circunstâncias extremas, a data de encerramento do projecto pode ser prolongada.

5. Para as alegações do EAS/AS, o Quadro de Responsabilidade e Resposta detalhará a forma como essas alegações são tratadas (procedimentos de investigação administrativa) e como são determinadas as acções disciplinares por violação dos comportamentos exigidos. Algumas alegações de EAS/AS podem ser remetidas para as autoridades locais ou nacionais para efeitos de investigação criminal, de acordo com a vontade do sobrevivente ou em conformidade com os requisitos de comunicação obrigatória na jurisdição relevante. Para garantir a segurança, a retaliação e a segurança dos sobreviventes, o projecto e os prestadores de serviços de VBG assegurarão o tratamento confidencial de todos os dados e informações relacionados com os sobreviventes, bem como a confidencialidade em todos os processos que conduzam ao apoio aos sobreviventes e à resolução de cada caso.

5.6. Serviço de reparação de queixas do Banco Mundial

As comunidades e os indivíduos que se considerem negativamente afectados por um projecto apoiado pelo Banco Mundial podem apresentar queixas aos mecanismos de reparação de queixas existentes a nível do projecto ou ao Mecanismo de Gestão de Reclamações (MGR) do Banco Mundial. O MGR assegura que as queixas recebidas são prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projecto. As comunidades e os indivíduos afectados pelo projecto podem apresentar a sua queixa ao Painel de Inspeção independente do BM, que determina se ocorreram, ou poderão ocorrer, danos em resultado do incumprimento pelo BM das suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser apresentadas em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas diretamente à atenção do Banco Mundial e de ter sido dada à Administração do Banco a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como apresentar queixas ao MGR, corporativo do Banco Mundial, visite http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service. Para obter informações sobre como apresentar queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, visite www.inspectionpanel.org.

6. MONITORIA E RELATÓRIOS

6.1. RESUMO DA FORMA COMO O PEPI SERÁ MONITORADO E COMUNICADO

O PEPI será monitorado com base tanto em relatórios qualitativos (baseados em relatórios de progresso) como em relatórios quantitativos ligados a indicadores de resultados sobre o envolvimento das partes interessadas e o desempenho das reclamações.

Os relatórios do PEPI incluirão o seguinte:

(i) Relatórios de progresso sobre os compromissos NAS10-Engajamento das Partes Interessadas no âmbito do Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS);

(ii) Relatórios qualitativos cumulativos sobre o feedback recebido durante as actividades do PEPI, em particular: (a) questões que foram levantadas e que podem ser abordadas através de mudanças no escopo e design do projecto, e reflectidas na documentação básica, como o Documento de Avaliação do Projecto, Avaliação Ambiental e Social, Plano de Reassentamento, Plano para Povos Indígenas ou Plano de Acção EAS/AS, se necessário; (b) questões que foram levantadas e podem ser abordadas durante a implementação do projecto; (c) questões levantadas que estão além do escopo do projecto e são melhor abordadas através de projectos, programas ou iniciativas alternativas; e (d) questões que não podem ser abordadas pelo projecto devido a razões técnicas, jurisdicionais ou de custos excessivos associados. As actas das reuniões resumindo as opiniões dos participantes também podem ser anexadas aos relatórios de monitoramento.

(iii) Reporte quantitativo baseado nos indicadores incluídos no PEPI. Um conjunto ilustrativo de indicadores para monitoramento está incluso na tabela abaixo.

TABELA 7. INDICADORES DE MONITORIA

Indicador	Como será monitorado	Responsabilidade	Frequência
Engajamento com as partes interessadas e afectadas			
Número (total e percentual) e localização das reuniões formais	Actas de reuniões	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral
Número (total e percentual) e localização das reuniões informais/espontâneas por tema (código de conduta, MGR, actividades do projecto/riscos e impactos/medidas de mitigação, EAS/AS, etc.	Actas de reuniões	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral
Número (total e percentual) e local das reuniões de sensibilização ou de formação da comunidade	Actas de reuniões	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral
Número e percentagem de homens, mulheres e membros dos grupos considerados como desfavoráveis e vulneráveis que participaram em cada uma das	Lista de Participantes	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral

Indicador	Como será monitorado	Responsabilidade	Frequência
reuniões acima referidas			
Para cada reunião, número e natureza dos comentários recebidos, acções acordadas durante essas reuniões, estado dessas acções e forma como os comentários foram incluídos no sistema de gestão ambiental e social do projecto	Actas de reuniões	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral
Engajamento com outras partes interessadas			
Número e natureza das actividades de envolvimento com outras partes interessadas, desagregadas por categoria de parte interessada (departamentos governamentais, municípios, ONG)	Actas de reuniões	Especialista A&S Responsáveis pelo PAR UIP	Trimestral
Mecanismo de Gestão de Reclamações – EAS/AS			
Número de incidentes relatados de abuso ou assédio sexual	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Mensal
Percentual de casos resolvidos em conformidade com a política interna de proteção	Acompanhamento das resoluções de casos	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Número de denúncias falsas ou mal interpretadas	Acompanhamento das resoluções de casos	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Número e percentagem de queixas recebidas, no total e a nível local, no sítio Web, desagregadas por sexo do queixoso e o meio de recepção (telefone, correio eletrónico, discussão)	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Número e percentagens de queixas recebidas de pessoas afectadas e partes interessadas externas	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Número e percentagens de queixas que foram (i) abertas, (ii) abertas por mais de 30 dias, (iii) resolvidas, (iv) encerradas e (v) respondidas e satisfizeram os queixosos, durante o período em análise, desagregadas por categoria de queixa, género, idade e localização do queixoso.	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Tempo médio do processo de resolução da queixa, desagregado por género dos queixosos e categorias de queixas	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral
Tendências e comparação do número, categorias e localização	Registro de queixas	Especialista A&S da UIP e Pontos Focais MGR-EAS/AS	Trimestral

Indicador	Como será monitorado	Responsabilidade	Frequência
das queixas com os relatórios anteriores			

6.2. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS AOS GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS

O PEPI será revisado e actualizado conforme necessário durante a implementação do projecto. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

Os resumos trimestrais e os relatórios internos sobre queixas, inquéritos e incidentes relacionados com o público, juntamente com o estado de implementação das acções correctivas/preventivas associadas, serão coligidos pela equipe de salvaguardas ambientais e sociais da EDM e enviados aos gestores do projecto.

A seguir estão os requisitos de retorno ás PIAS para este PEPI:

i. **Relatórios Trimestrais** - A EDM irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e isso incluirá:
   - Actividades de engajamento das partes interessadas realizadas trimestralmente;
   - Actividades de divulgação de informações ao públicoa (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos;
   - Registo e resolução de reclamações-referentes ao período e as soluções adoptadas para resolve-las;
   - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI;
   - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto.

ii. **Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas** - A EDM compilará um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantas nos processos de engajamento com as PIAs, ponto de situação de resolução o de queixas e reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.

iii. **Reportar às Comunidades** - Será responsabilidade da UIP reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
   a. Como seus pontos de vista são incorporados no projecto;
   b. Principais conclusões do monitoria anual do PEPI;
   c. Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los no website da EDM e enviar cópias dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, Distritos, comité consultivo locais, etc.);
   d. Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público relevantes;
   e. Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os média sociais pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

Os mecanismos específicos para informar as partes interessadas incluem os seguintes:

- Reuniões comunitárias e Grupos Focais,
- Quadro de avisos,
- Média, rádio, linha directa do projecto, SMS, website;

- Quadro de avisos da comunidade, rádio comunitária, TV, etc.

Esta comunicação às partes interessadas será efectuada:

TABELA 8. Calendário de implementação do PEPI

Fases do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Frequencia	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
Fase de Preparação do Estudo	Divulgação do Projecto	Encontros com os Governos da Província, Distrito, Posto e Localidade; Discussões de grupos focais Reuniões de consulta pública (presencial e online)	Outubro a Dezembro 2022	Mensalmente	Nacional: DINAB, DNDT; Provincial: SPA, SPAE, SPI, Distrito: SDAE e SDPI de Marara e Cahora Bassa, Saúde, Polícia, Educação e Outros EDM HCB ONGs Comunidades ao Longo da Linha	Consultor EDM
Fase de implementação da construção	Elaboração e divulgação dos instrumentos ambientais e sociais previsto (EIAS, PGAS, RAP)	Entrevistas/ inquéritos Discussões de grupos focais Reuniões de consulta pública	Janeiro-Dezembro 2023 2026	Mensalmente	Nacional: DINAB, DNDT; Provincial: SPA, SPAE, SPI, Distrito: SDAE e SDPI de Marara e Cahora Bassa, Saúde, Polícia, Educação e Outros EDM HCB ONGs Comunidades ao Longo da Linha	Consultor EDM
	Disseminação do MGR E Plano de Acção e Prevenção VBG	Reuniões presenciais Canais de comunicação tradicionais Rádios comunitárias	Durante a fase de implementação	Trimestralmente	Provincial: SPA, SPAE, SPI, Distrito: SDAE e SDPI de Marara e Cahora Bassa, Saúde, Polícia, Educação e Outros EDM HCB ONGs Comunidades ao Longo da Linha	EDM UIP Governos Locais

Fases do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Frequencia	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
	Disseminação da informação sobre os procedimentos e implementação do Projecto. Inicio de actividades de construção, fases ou passos a seguir	Reuniões presenciais ou virtuais Rádio Comunicação Social	Durante a fase de implementação		Provincial: SPA, SPAE, SPI, Distrito: SDAE e SDPI de Marara e Cahora Bassa, Saúde, Polícia, Educação e Outros EDM HCB ONGs Comunidades ao Longo da Linha	EDM UIP Governos Locais
Fase de implementação da construção	Disseminação da informação e plano sobre os procedimentos e implementação da componente de Formação. Procedimentos de Operacionalização de MGR	• Reuniões presenciais ou virtuais • Rádio • Televisão • Links/sites com informação do Projecto	Durante a fase de implementação	Trimestralmente	Provincial: SPA, SPAE, SPI, Distrito: SDAE e SDPI de Marara e Cahora Bassa, Saúde, Polícia, Educação e Outros EDM HCB ONGs Comunidades ao Longo da Linha	EDM UIP/Empreiteiro Governos Locais
	Códigos de conduta de EAS/AS		Durante a fase de implementação			

Fases do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Frequencia	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
	Divulgação das ferramentas ambientais e sociais e VBG, o calendário, características, riscos e restrições resultantes das obras civis – IES, com destaque para o RAP e LRP, assegurando o acompanhamento das compensações e a implementação das medidas para a restauração dos meios de subsistência antes do início das atividades do projeto.		Antes do início das obras civis			
	Disseminação da informação do projecto potenciais impactos ambientais, sociais e VBG da obra do IES	• Reuniões	Durante a fase de implementação Semestralmente	Semestralmengte	• Beneficiários do projecto • Grupos vulneráveis • Comunidades	Empreiteiro e equipa de Fiscalização

NB. Para a fase de Operação do projecto, todas as actividades de comunicação, formação, entre outras estarão a responsabilidade do implementador (EDM ou outro operador da Linha)

Em relação a monitoria externa, a EDM irá contratar uma entidade externa para avaliar a implementação e verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Implementação do Projecto e, que irá simultaneamente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoria serão compartilhados.

7. LIÇÃO APRENDIDA

Ao longo de vários anos de actividades da EDM, no âmbito de implementação de projectos de construção de Linhas de Transporte de Energia e Subestações, a instituição recolheu ensinamentos sobre procedimentos a evitar, práticas a melhorar ou adopção de novas práticas. No presente texto constam assim algumas das lições aprendidas durante esse percurso, na expectativa de que na implementação do projecto de construção da Linha de Transporte de Energia de 400kV de Songo Matambo, observem todos os cuidados, de modo a não cometer os mesmos erros.

TABELA 9. LICOES APRENDIDAS

Aspectos identificados em outros projectos	Recomendações SOMA	Responsabilidade
Envolvimento das partes interessadas em todas as fases do projecto tem-se verificado um fraco.	Garantir o envolvimento precoce e contínuo das comunidades locais, autoridades governamentais e lideranças comunitárias em todas as fases de implementação do projeto, com o objetivo de gerir expectativas e prevenir conflitos.	UIP/CLO
Documentação de Identificação: Grande parte das comunidades rurais moçambicanas não possui documentos de identificação, e o processo de obtenção tem sido moroso, dificultando a abertura de contas bancárias e, consequentemente, o pagamento das compensações.	Apoiar as PAPs na obtenção de documentação individual (BI, NUIT e conta bancária). Para assegurar a flexibilização do processo de compensação, este apoio deve ser prestado logo após a reunião de conformidade da elaboração do Plano de Reassentamento do projeto. No entanto, a abertura das contas bancárias deve ocorrer durante a fase de implementação do Plano de Reassentamento, garantindo que sejam abertas apenas para os beneficiários de compensações.	UIP/Implementador do RAP
Seleção de Áreas Hospedeiras: A ausência de participação dos membros das as comunidades na seleção das áreas hospedeiras para das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) tem gerado dificuldades na aceitação das áreas hospedeiras. apresentação e aceitação por parte dos visados (impactados e suas lideranças).	Assegurar o envolvimento das autoridades governamentais, locais e das comunidades em todo o processo, desde a identificação do local, aprovação do modelo habitacional para as PAPs reassentadas, até à definição das compensações em cada caso específico.	UIP e Consultor de elaboracao do PR
Mecanismo de Gestão de Reclamações: É necessário estabelecer responsabilidades claras e canais de encaminhamento eficazes para as reclamações, garantindo que o mecanismo seja abrangente e aplicável a todas as atividades do projeto (incluindo medidas constantes no EIAS, PAR, PGMO, entre outros).	Identificar, documentar, avaliar e responder de forma eficiente às preocupações ou queixas apresentadas pelas partes interessadas, garantindo que todas as reclamações sejam tratadas com justiça, transparência e em tempo hábil. Minimizar conflitos durante a implementação do projeto. Fortalecer a confiança das partes interessadas no processo de execução do projeto. Estabelecer comités locais de gestão de reclamações, tendo como princípio a seleção dos membros feita pela própria comunidade abrangida.	UIP

Aspectos identificados em outros projectos	Recomendações SOMA	Responsabilidade
Código de Conduta: A fraca divulgação do Código de Conduta no inicio do projecto do Projeto tem contribuído para comportamentos inadequados por parte dos colaboradores envolvidos no projeto, dos quais a maioria contratados pelos empreiteiros ao nível local.[4]	Divulgar, de forma clara e concisa, as normas comportamentais esperadas dos colaboradores (Trabalhadores, consultores entre outros envolvidos no projecto) no ambiente de trabalho, com o objetivo de garantir um ambiente harmonioso e produtivo. Sensibilizar os colaboradores sobre temas como violência baseada no género, assédio sexual e combate a casamentos prematuros. Promover valores como integridade, respeito, responsabilidade e transparência. Divulgar as penalizações ou sanções aplicáveis em casos de violação do Código de Conduta por parte dos colaboradores.	UIP

8. PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A COMUNICAÇÃO

É importante que haja várias formas de envolvimento das PI&A, de registar queixas e reclamações, e que estas formas sejam amplamente conhecidas. As queixas anónimas podem ser apresentadas e resolvidas. O projeto irá adotar os seguintes canais de admissão de reclamações e queixas:

- Nome: António Carlos Bores de Sousa
- Contacto: 825028290
- Email: xikhalakhalani.songomatambo@edm.co.mz;
- Carta dirigida aos pontos focais do MGR nas instituições locais e centrais
- Entradas e registo de uma queixa/reclamação no livro de registo de reclamações em todas as entidades parceiras aos diversos níveis.

Outras medidas serão implementadas no âmbito do projeto para tratar queixas/reclamações sensíveis e confidenciais, incluindo as relacionadas com a exploração e abuso sexual/assédio sexual, de acordo com a nota de boas práticas sobre estas questões, que faz parte dos recursos QAS do Banco Mundial. Quando uma queixa ou uma reclamação é recebida, independentemente do canal através do qual é submetida, deve ser documentada no Livro de Reclamações ou no documento Excel ou na Base de Dados de Reclamações e Queixas.

ANEXOS

ANEXO 1. ARRANJO INSTITUCIONAL PARA A OPERACIONALIZAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PEPI E MGR

A estrutura institucional abaixo foi elaborada para a operacionalização, monitoria e avaliação do PEPI (Plano de Estratégia de Participação e Inclusão) e do MGR (Manejo de Recursos) de modo a garantir que o projeto seja bem coordenado, monitorado de forma eficiente, avaliado com precisão, e que as necessidades e preocupações das partes interessadas sejam devidamente abordadas, promovendo a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo.

Nível Institucional	Responsável	Funções	Frequência de Atividades
Coordenação Geral	[Nome do Coordenador Geral]	- Supervisão geral - Coordenação das atividades - Comunicação com partes interessadas - Aprovação de relatórios	Revisão mensal e por demanda
Comitê de Supervisão	[Nomes/Cargos dos Membros]	- Revisão de planos de operação - Monitoramento das atividades - Avaliação de desempenho	Reuniões trimestrais
Equipe de Implementação	[Nome do Líder da Equipe]	- Execução das atividades do PEPI e MGR - Elaboração de relatórios - Coordenação com equipes técnicas	Relatórios mensais
Unidade de Monitoramento e Avaliação (M&A)	[Coordenador de M&A]	- Monitoramento contínuo - Coleta e análise de dados - Relatórios de avaliação	Relatórios trimestrais
Especialista Social	[Nome do Especialista Social]	- Consultas com grupos vulneráveis - Organização de sessões de sensibilização - Documentação das atividades	Relatórios trimestrais

Monitoramento	Unidade de M&A	- Revisões periódicas, visitas de campo - Coleta de dados de conformidade com objetivos	Relatórios mensais
Avaliação	Comitê de Supervisão, M&A	- Avaliações trimestrais, auditorias anuais - Desempenho em relação às metas, feedback das partes interessadas	Avaliações trimestrais, anuais
Relatórios	Unidade de M&A, Especialista Social	- Relatórios semestrais e anuais - Progresso detalhado e análise de impactos	Relatórios semestrais/anuais
Reuniões de Coordenação	Coordenação Geral, Comitê, Equipe de Implementação	- Reuniões periódicas para coordenação das atividades e avaliação de progresso	Reuniões mensais
Comunicação com Partes Interessadas	Coordenação Geral, Especialista Social	- Workshops, boletins informativos, encontros com a comunidade e ONGs	A cada 6 meses

Anexo 1. Orçamento do PEPI

A EDM será responsável pelas actividades de envolvimento das partes interessadas. O orçamento para o PEPI é de 372,048.60 [Trezentos e setenta e dois mil, quarenta e oito dólares americanos e sessenta centavos] e está incluído na componente Ambiental e Social do projecto.

A tabela seguinte apresenta uma estimativa dos custos necessários para a implementação do PEPI, para as fases de construção e operação. Esta estimativa é unicamente baseada na experiência do Consultor e, portanto, sujeita a erro; assim, recomenda-se que o Empreiteiro e o Operador confirmem esta estimativa através da elaboração de orçamentos detalhados:

ACTIVIDADES	Região ou Local	Quantidade/ local	Custo Unitário USD	Custo estimado USD
Actividade 1: Eventos e Campanhas de comunicação				
Anúncios/comunicados nos Jornais	8	4	100.00	3,200.00
Anúncios/comunicados rádios locais	8	4	75.00	2,400.00
Consultas públicas durante a elaboração de instrumentos A&S dos subprojectos	8	4	600.00	19,200.00
Grupos Focais para a planificação de actividades de engajamento das comunidades e outros Stakeholders	8	2	300.00	4,800.00
Reuniões trimestrais da UIP (Central e distrital) - cuja composição poderá ser renovada - para planejar e supervisionar a implementação das actividades do projecto.	1	4	600.00	2,400.00
Mecanismo de reclamação				
Manutenção da informação nos websites do Projecto	4	6	300.00	7,200.00
Verificação (internas e externas) de implementação do PEPI e do MGQR	5	4	100.00	2,000.00
Reuniões anuais com as PIAs	8	3	25.00	600.00
Estabelecimento de uma linha verde, Caixa de reclamação (Lump Sum)	1	1	1,000.00	1,000.00
Divulgação (divulgação utilizados para as diferentes categorias de Intervenientes; ajustamentos que foram feitos, se aplicável;)	2	2	250	1,0000. 00
Operação de Linha directa gratuita para disseminação de informações e recepção de reclamações e divulgação de informação (Operação de Linha directa gratuita para disseminação de informações e recepção de reclamações e feedback)	10	1	200.00	2,000.00
Consultoria de Avaliação do MRD (LUMP SUM)	1	1	5,000.00	5,000.00
Divulgação dos Relatórios de MRD (impressão)	4	1	450.00	1,800.00
Formações/Worshop				
Workshops/formações de divulgação de instrumentos A&S	8	4	600.00	19,200.00
Treinamento em Salvaguardas VGB/EAS/AS (Comunidades)	8	4	500.00	16,000.00
Treinamento em HST as Comunidades e fornecimento de EPI	8	2	250.00	4,000.00

ACTIVIDADES	Região ou Local	Quantidade/ local	Custo Unitário USD	Custo estimado USD
Workshop de divulgação da implementação do RAP e LRP, assim como o seu nível de execução	4	4	250. 00	2,000. 00
Treinamento em Salvaguardas VGB/EAS/AS (3 Técnicos da EDM)	1	1	12,000.00	12,000.00
Treinamento em auditoria e inspeção de segurança (3 Técnicos da EDM)	1	1	15,000.00	15,000.00
Treinamento em HST e fornecimento de EPI (3Técnicos da EDM)	1	1	13,500.00	13,500.00
Ajudas de Custos				
4 Técnicos do nível central de Gestão do Projecto	1	16	400.00	6,400.00
4 Técnicos do nível Provincial	1	16	400.00	6,400.00
Transporte				
Voos MPT-Tete-MPT	1	16	500.00	8,000.00
Aluguer de Carro e Combustível	1	16	220.00	3,520.00
Material				
Folhetos informativos do projecto (em língua portuguesa e local)	1	100	10.00	1,000.00
Bunners, fichas de registos, Posters para MGR	1	16	50.00	800.00
Aluguel de salas e locais para formação/reuniões	4	21	350.00	67,200.00
Monitoria e Avaliação				
Monitoria Interna (Lump Sum)	1	1	1,500.00	1,500.00
Monitoria Externa (Lump Sum)	1	1	5,000.00	5,000.00
Salários				
Oficial de VGB & HST	1	12	2,500.00	30,000.00
Oficial de MDR	1	12	2,500.00	30,000.00
Oficial de Ligação Comunitária	1	12	2,500.00	30,000.00
Custos Operacionais - PEPI (5%)		0.05	322,120.00	**16,106.00**
TOTAL				**338,226.00**
CONTIGENCIAS (10%)				33,822.60
GRANDE TOTAL				**372,048.60**

ANEXO 2. REGISTRO DE CONSULTAS REALIZADAS

Acta 1 da 1ª Consulta Pública

Informações Gerais	
Número do Encontro	61
Data	09/12/2022
Local	Vila de Songo Distrito de Cahora Bassa
Tópico do Encontro	Primeira Consulta Pública
Hora	08:30 – 13:00
Participantes	
• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional	

• Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Assistente do Admistrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete Membros da Verde Azul Consult, Lda		
Encontro		
Abertura do encontro	O administrador do Distrito de Cahora Bassa, fez a cerimónia de recepção dos presentes tendo este desejado boas vindas aos presentes. Contextualizou o projecto e informou sobre os objectivos do encontro.	
Objectivos /agenda da reunião	Apresentar o plano de trabalho, as actividades a serem realizados nas três fases (construção, Operação e Desativação); Apresentar os impactos positivos e negativos do projecto.	
Sessão de Debate		
Interveniente - Instituição	Questão /Comentário	Resposta/Comentário
1º Interveniente - PAP	Questão: O projecto passará a linha pelas comunidades, ou casas onde as pessoas vivem. Como será feito ou tratadas as pessoas que lá vivem? Quais são os prazos e cronogramas previstos para a realização das diferentes etapas do projecto?	Resposta: O que está sendo feito nesta fase é estudo de impacto ambiental, que tem por objectivos identificar os possíveis impactos positivos e negativos do projecto. E neste estudo foi vista também a questão por onde a linha vai passar, e foi identificado o impacto que poderá advir de via por onde a linha vai passar. Uma das recomendações dada para este facto é o reassentamento das famílias que passa pela elaboração do Plano de reassentamento. E para as machambas, fruteiras e culturas serão considerados neste documento. As actividades que seriam desenvolvidas no decorrer de todo projecto, em especial no processo de levantamento Físico e Socioeconómico;
2º - PAP	Questão: Como será feito o processo de contratação da mão-de-obra local? E como saberemos que que vai iniciar o processo de contratação?	Resposta: No estudo, recomenda-se que para actividades de construção e operação (limpeza do RoW) seja dada prioridade a mão-de-obra local. Também é recomendado que o sistema de comunicação seja claro e garantir que quando iniciado o projecto as comunidades sejam informadas.
3º - PAP	Questão: haverá ou não contratação de cozinheiros para os empreiteiros?	Resposta: No geral, obras do género tem tido cozinheiro e contratam localmente. E esperamos que no âmbito de uso de mão-de-obra local, seja dada prioridade também os cozinheiros locais.

4º PAP	Agradeceu a iniciativa e disse que há muitos projectos que têm passado pelo distrito, sem nenhuma consulta pública nem envolvimento das comunidades. seria bom que o que está sendo dito seja materializado.	
5º PAP	Questão: Nem todos donos das casas que serão afectadas estão presentes, o que aqui foi apresentado já aconteceu nos anos 1982/83, muitas pessoas foram retirados de songo e colocados no mato depois de promessas, que não foram cumpridas. Até a data não se esquece o que aconteceu. Muita gente tem medo de ser expulso. O que nos garante que isso não acontecerá?	Resposta: Hoje em dia há leis e procedimentos que deverão ser observados. As organizações da sociedade civil monitoram estes procedimentos. Os doadores de projecto querem que estas iniciativas seguem os princípios de boas praticas ambientais. Não irá acontecer o mesmo, caso haja necessidade de retirar as pessoas, serão retirados obedecendo as regras plasmado no quadro legal nacional e internacional.
6º EDM	Disse que registaram tudo e que na devida altura, procurarão seguir entre linhas.	
7º - PAP	Questão: Qual será a área que será ocupada pela Subestação? Qual é a consequência de viver a baixo da linha e porque não colocar marcos de protecção?	Resposta: 300x300m. Viver a baixo da linha, implica sofrer de indução electro magnética o que tem consequência na saúde. Por outro lado, em caso de acidente, as pessoas a baixo da linha são os primeiros a sofrer. A servidão é identificada sempre, mas mesmo assim as pessoas vão lá viver, o que pode estar motivado por falta de informação. Mas tenta-se sempre sensibilizar não acto de limpeza da área.
8º PAP	Estes projectos muitas vezes vem com muitas promessas, e quando chega a época de trabalho as comunidades são marginalizadas. Seria bom a contratação de líderes locais no acto de contratação da mão-de-obra local e criar transparência do processo.	

9º HCB	Questão: A subestação de Cataxa será a mesma para o projecto Mpanda Nkua?	Resposta: Sim, será. E a área foi já demarcado no projecto STE (CESUL)



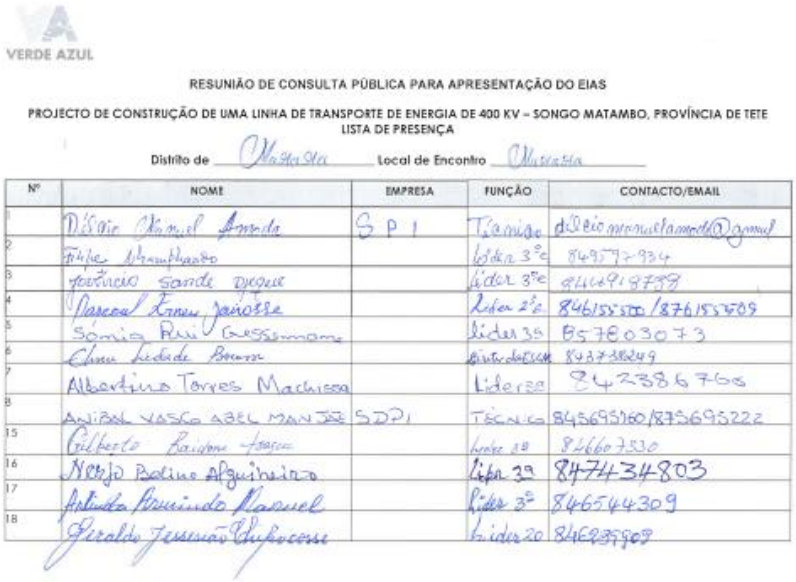
VERDE AZUL

RESUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO EIAS

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DE TRANSPORTE DE ENERGIA DE 400 KV – SONGO MATAMBO, PROVÍNCIA DE TETE
LISTA DE PRESENÇA

Distrito de Cahora Bassa Local de Encontro Songo 15-12-2022

Nº	NOME	EMPRESA	FUNÇÃO	CONTACTO/EMAIL
1	Vagner Manuel Lanqueane	EDM	GESTOR DE PROJECTO	Vagner.Lanqueane@edm.co.mz
2	Bernardo António Domingo	EDM	Coord de Gestão Local	bernardo.domingo@edm.co.mz
3	LUÍS DE SOUSA	HCB	PONTO FOCAL HCB	LUIS.SOUSA@HCB.CO.MZ
4	Dilcio Manuel Amada	SPI	Técnico	843615314
5	Rosalina Nequice	MTA/DINAB	Chefe de Repartição	[illegible]
6	Raimundo Pedro Djon	Ludar 34	—	856691726
7	E Vesrena Luiz	Membro	—	841925425
8	Fatima Chisumanga	Membro	—	843023153
15	João Chafuzieca	Membro	—	847782666
16	Francisco Thapuleto	Rio Cana	—	846990073
17	Mauricio Chavieu	Chefe OMs	—	842680766
18	Eforcemo Muxaboe	Membro	—	— — —



VERDE AZUL

RESUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO EIAS

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DE TRANSPORTE DE ENERGIA DE 400 KV – SONGO MATAMBO, PROVÍNCIA DE TETE
LISTA DE PRESENÇA

Distrito de Marara Local de Encontro Marara

Nº	NOME	EMPRESA	FUNÇÃO	CONTACTO/EMAIL
1	Délcio Manuel Amida	SPI	Técnico	delcio.manuelamada@gmail
2	Filipe Mamphasso		Líder 3°c	849577934
3	Francisco Sande Dique		Líder 3°c	844491899
4	Pascoal Emmy Jaússe		Líder 2°c	846155500/876155509
5	Sónia Rui Gessemane		Líder 3°	865780373
6	Chime Liduide Bruno		Líder 3°	843738249
7	Albertino Torres Machicosa		Líder 3°	842386765
8	ANIBAL VASCO ABEL MANJATE	SDPI	TÉCNICO	845695160/875695222
15	Gilberto Paulino Tembe		Líder 3°	846607530
16	Nelio Bolino Alguineiro		Líder 3°	847434803
17	Antuda Armindo Manuel		Líder 3°	846544309
18	Geraldo Jessenio Chipocosse		Líder 2°	846935509

Acta da 2ª Consulta Pública

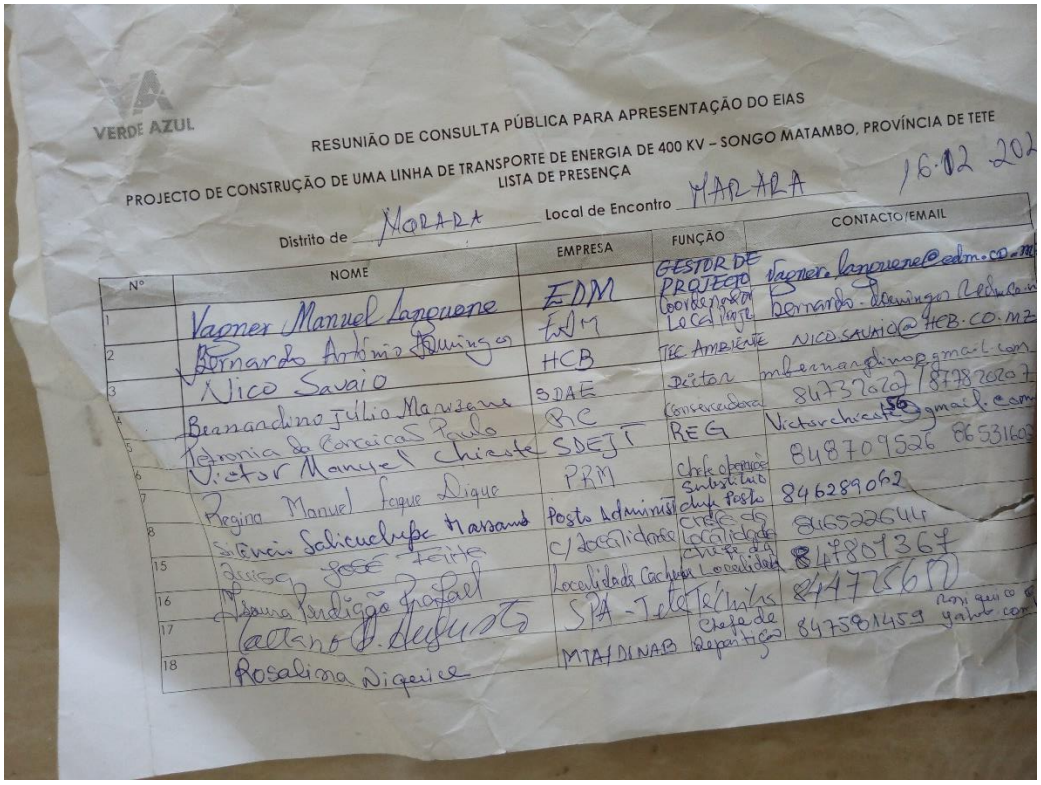
Informações Gerais	
Número do Encontro	39
Data	16/12/2022
Local	Cahora Bassa e Marara
Tópico do Encontro	Segunda Consulta Pública
Hora	08:30 – 13:00
Participantes	
• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT	

• Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Assistente do Administrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete • Membros da Verde Azul Consult, Lda		
Encontro		
Abertura do encontro	O administrador do Distrito de Cahora Bassa, fez a cerimónia de recepção dos presentes tendo este desejado boas vindas aos presentes. Contextualizou o projecto e informou sobre os objectivos do encontro.	
Objectivos /agenda da reunião	Apresentação de resultados do levantamento socioeconómico e do inventário. Dar Informação sobre meios de compensação e modelos de casas de reassentamento e discussão com o governo local sobre as possíveis áreas de reassentamento.	
Sessão de Debate		
Interveniente - Instituição	Questão /Comentário	Resposta/Comentário
Sande Fereira Abilio - PAP	Aqui em Marara tem várias empresas, como a Jindal, que prometeu muitas coisas que prometem coisas que não cumpriram as promessas. E começamos a falar a muito tempo a ver a empresa e mesma vai nos tirar e não estão dizer. As empresas estão sempre a mentir, não cumpre com responsabilidade social.	Resposta: Esta reunião é de EDM e não Jindal. A Jindal não está aqui, e pedimos para evitar comparação e imaginar que será mesma coisa.
Domingos Elias - PAP	Questão: Queremos escola, poço, não é para fazer nada como os projectos que já se foram?	
Joanito João – Primeiro Secretario do Círculo	Questão: este serviço que vão começar é de quem, é da EDM?	Resposta: Os líderes devem estar atentos, os vizinhos das machambas devem estar atentos. Depois de levantamento estas listas serão tornadas públicas, por favor caso haja pessoas que registarem machambas dos outros por favor nos informe. Quantas as promessas passadas, poderemos saber com o nosso cliente e traremos respostas, nas próximas ocasiões.
Mateus Amussa - PAP	Quando arrancar o projecto não trazem só a mão-de-obra de fora, nem na limpeza, aqui temos pessoas que podem fazer isso. As empresas contratam poucas pessoas locais. Estamos a pedir, quando o trabalho começar comecem a contratar a mão-de-obra local.	Vagner – EDM, Resposta: A questão de responsabilidade social não é nesta reunião que vamos responder. Não vai ser hoje nem amanha que vamos responder. Mas irá acontecer e será respondido com tempo. Esta fase é de levantamento físico e socio económico, das constatações de levantamento ira definir que documento a produzir. Por outro lado, as nossas espectativas são bem-vindas, e iremos

		discutir todas questões de responsabilidade social.







VERDE AZUL

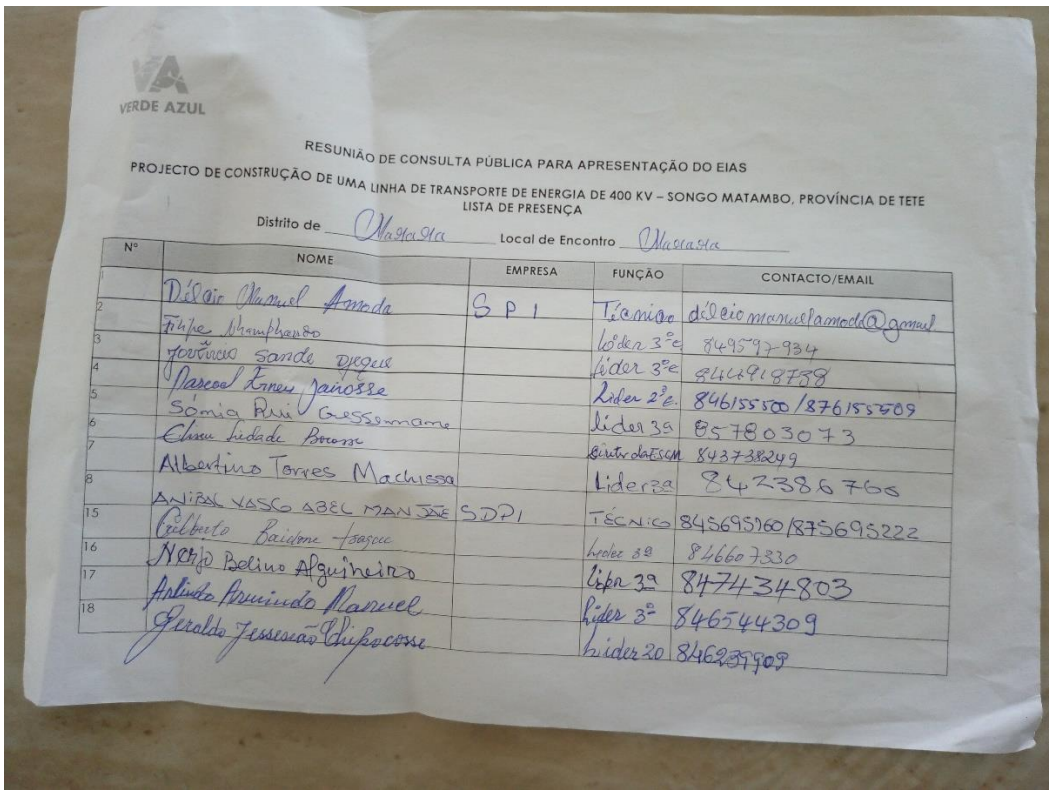
RESUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO EIAS

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DE TRANSPORTE DE ENERGIA DE 400 KV – SONGO MATAMBO, PROVÍNCIA DE TETE

LISTA DE PRESENÇA

Distrito de MORARA Local de Encontro MARARA 16.02.202

Nº	NOME	EMPRESA	FUNÇÃO	CONTACTO/EMAIL
1	Vagner Manuel Lapqueue	EDM	GESTOR DE PROJECTO	Vagner.lapqueue@edm.co.m
2	Bernardo António Domingos	EdM	Coordenador Local Tete	Bernardo.domingos@edm.co.m
3	Nico Savaio	HCB	TEC AMBIENTE	NICO.SAVAIO@HCB.CO.MZ
4	Bernardino Júlio Manzana	SDAE	Doctor	mbernardinop@gmail.com
5	Telonia da Caracas Paulo	BC	Conservadora	847327207/878282027
6	Victor Manuel Chirute	SDEJT	REG	Victorchirute@gmail.com
7	Regina Manuel Foque Dique	PRM	Chefe operações Substituto	848709526 865316
8	Severo Salicuchipe Marsano	Posto Administrativo	Chefe do Posto	846289062
15	Jessica José Feirte	C/localidade	Chefe da localidade	846522644
16	Mauna Pandigão Gratael	Localidade Cachuca	Chefe da Localidade	847807367
17	Caetano D. Augusto	SPA - Tete	Técnico	847725607
18	Rosalina Digueice	MTA/DINAB	Chefe de Repartição	847581459 Rosalina@yahoo.com



VERDE AZUL

RESUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO EIAS

PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA LINHA DE TRANSPORTE DE ENERGIA DE 400 KV – SONGO MATAMBO, PROVÍNCIA DE TETE

LISTA DE PRESENÇA

Distrito de Marara Local de Encontro Macanha

Nº	NOME	EMPRESA	FUNÇÃO	CONTACTO/EMAIL
1	Délcio Manuel Amoda	SPI	Técnico	délcio manuel amoda@gmail
2	Filipe Mamphanso		Líder 3ºe	849597934
3	Fortunato Sande Digueie		Líder 3ºe	844491838
4	Marcal Ernesto Janosse		Líder 2ºe	846155500/876155509
5	Sónia Rui Gussemane		Líder 3º	857803073
6	Elsa Cidade Bonisse		Líder da ESCM	843738249
7	Albertino Torres Machissa		Liderça	842386765
8	ANIBAL VASCO ABEL MANJATE	SDPI	TÉCNICO	845695160/875695222
15	Celberto Baidone Joaquim		Líder 3º	846607330
16	Nerio Belino Aguineiro		Líder 3º	847434803
17	Anildo Armindo Manuel		Líder 3º	846544309
18	Geraldo Jessesão Chipocosse		Líder 20	846295909

Acta da 3ª Consulta Pública

Informações Gerais	
Número do Encontro	80 em Cahora Bassa e 67 em Marara
Data	12/7/2023 em Marara e 13/7/2023 em Cahora Bassa
Local	Cahora Bassa e Marara
Tópico do Encontro	Terceira Consulta Pública
Hora	08:30 – 13:00

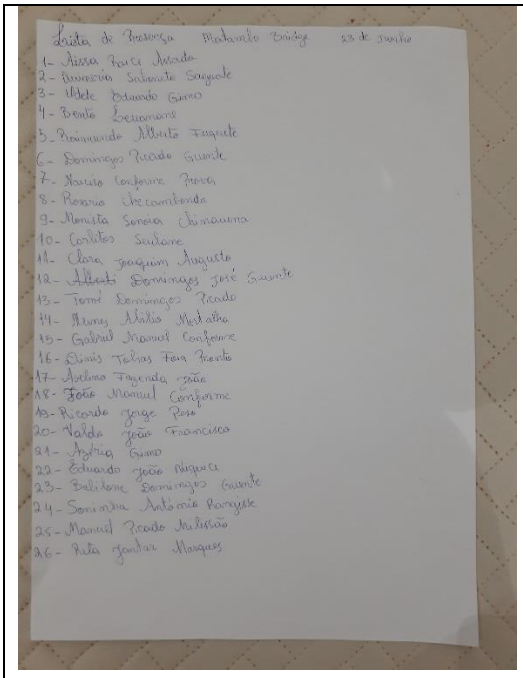
Participantes
• SPA da Província de Tete; • SPI da Província de Tete • Sociedade Civil, ONGs • Autoridades comunitárias • Representantes das PAPs • Empresariado local e regional • Associações locais • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE • Director do registro criminal • Assistente do Administrador • MCD -SDSMAS • Chefe do Gabinete • Membros da Verde Azul Consult, Lda

Encontro	
Abertura do encontro	O administrador do Distrito de Cahora Bassa, fez a cerimónia de recepção dos presentes tendo este desejado boas vindas aos presentes. Contextualizou o projecto e informou sobre os objectivos do encontro.
Objectivos /agenda da reunião	Discussão dos resultados da negociação, apresentação do modelo das casas para compensação e discussão de aspectos relacionados ao Plano Pormenor.

Sessão de Debate		
Interveniente - Instituição	Questão /Comentário	Resposta/Comentário
Faruque Fernando Salgado - PAP	Questão: Eu sou trabalhador doméstico, serão criadas condições para eu poder me deslocar de Maroeira (transporte) e vir continuar o meu trabalho aqui na Vila de Songo?	Resposta do Governo-Administrador: Sr. Faruque, não vamos levantar aque questões desnecessárias (pois muita gente trabalha em locais longincos da sua residência), ex: Há pessoas que trabalham em Chitima/Nhandoa/Nhacapirire/Mulije e que vivem na vila de Songo. Tenha em conta que a Vila de Songo não esta muito distante da localidade de Maroeira. Por outro lado, terá subsídio de reintegração para compensar as mudanças. Por favor levantem questões serias e de impacto, relacionadas a Hospitais, escolas, etc. Ex: Eu sou de Maputo, mas tive que ser deslocado para trabalhar aqui em Cahora Bassa, e que é muito distante.

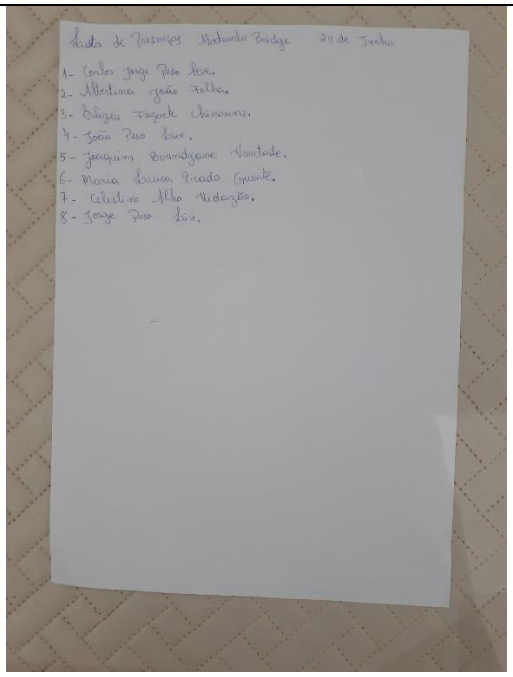
Olga Belino Azeite - PAP	Questão: As pessoas que fizeram levantamento na minha casa, fizeram dois registros, na primeira vez registaram o meu nome e na segunda vez, encontraram a minha filha e ela registou o nome da minha mãe, e deram a senha com o nome da minha mãe. Naquele terreno, há duas casas tipo 2 feito usando bloco de barro. Uma casa da minha mãe e outra minha. Agora não sei como é que fica essa situação?	Resposta: Nos consideramos pessoas que tem duas casas principais nos talhões, assim como consideramos famílias com uma casa. Demos uma senha, como senha de identificação da família, isso não significa que a senha vale uma casa ou uma machamba (é apenas para identificar a família afectada, essa família pode ter duas casas ou uma, depende de cada caso). É só um código que nos permite chegar ao teu nome dentro da nossa Base de Dados. Na segunda-feira (no dia de negociação) a equipe da VA irá ao terreno para reavaliar a situação para poder confirmar se de facto são duas casas principais. Quando voltarmos convencidos que são duas casas, serão consideradas as duas casas.
Palmira Armindo Cumbe - PAP	Questão: a) Vai se construi casa, haverá um sistema de abastecimento de água, mas não ouvi nada sobre a energia elétrica. b) Para questões das machambas. Eu não sei mais ou menos quando é que o projecto arranca? Naquele conjunto que se vai dar, porque não incluir, um Kit de sementes? (Pois eu, estou a pensar como é que eu vou deixar a minha machamba, pois o meu talhão de machamba esta num sítio estratégico, com água, com tanques de piscicultura, etc?	Resposta: Governo-Administrador: a) Haverá energia. Falou-se. Consultor: b) Para as pessoas que tem a machamba, também tem um plano de restauração de meios de subsistência/Plano de assistência agrícola. No plano de assistência agrícola terão um extensionista que vai assistir as famílias durante as campanhas agrícolas, e propõe-se também a distribuição de Kits de semente. Haverá assistência Agrícola. Apenas para as famílias que tem as machambas afectadas. O facto que não estarmos a tocar muito na componente agrícola, é que são poucas pessoas com machambas afectadas aqui na Vila de Songo (Julius Nherere e Cateta). Acho que vai continuar com a sua Machamba. Porque as grandes machambas que serão movimentadas são algumas com torres
Rogério Micheque Uiaisse - PAP	Questão: Quando os homens da Verde Azul se fizeram presentes na minha casa, no primeiro levantamento, fizeram o levantamento e me disseram que você esta longe da linha. Eu disse, eu tenho as minhas construções a correrem aqui, perguntei se podia parar de construi-las, porque amanhã isso vai me doer. O membro da	Resposta: Eu me recordo do Sr. Rogério. Ele tem varias habitações, e no momento de levantamento ele tinha obras em andamento. Só que quando estávamos a fazer o levantamento, eu deixei claro que estávamos ainda na fase do estudo do processo de reassentamento, e que nada ainda estava aprovado. Ele me perguntou se deveria parar com as construções, eu e os colegas informamos que não deveria, pois o estudo ainda não

	Verde Azul disse que eu poderia continuar a construir. Porém no segundo levantamento, disseram-me que a minha casa já estava afectada, e já estava a fazer outras construções, e outras terminei depois do segundo levantamento. E eles me disseram que eu podia construir. Eu acho que não faz muito sentido, como é que o meu vizinho não esta afectado e eu estou afectado? Eu gostaria que a equipe da VA se fizesse a minha casa na segunda-feira.	tinha sido aprovado. No entanto, o que ele diz é legitimo e temos, de facto, voltar ao terreno e confirmar as benfeitorias levantadas e adicionar alguma coisa caso haja necessidade.
Macagre Gebre John -PAP	Questão: (Represento a minha mãe). Uma vez que se vai fazer o processo de reassentamento. Para quem tem terreno para além de Maroeira, num sítio onde ele se sinta a vontade, pode se construir a casa lá ou dar-nós o valor monetário e pessoalmente vamos construir a casa lá?	Resposta: Mario John, construa casa para a tua mãe. Não aconselho muito a dar dinheiro, pois quando a gente recebe dinheiro corremos o risco de gasta-lo em coisas desnecessárias devido a várias ambições da vida (principalmente os jovens) e em algum momento perde-se nas emoções. A melhor coisa que deve ter na vida é casa depois terá outras coisas. Essa casa será útil não so para os seus pais mas também para vocês como filhos. Dinheiro não vamos dar, pois acaba gerando muito mal na sociedade até casos de ameaça a vida (nalguns casos). Se abrirmos essa oportunidade, muitoas aqui na reunião vão optar por esse caminho, e não é muito ideal, pelas razões que já expliquei.



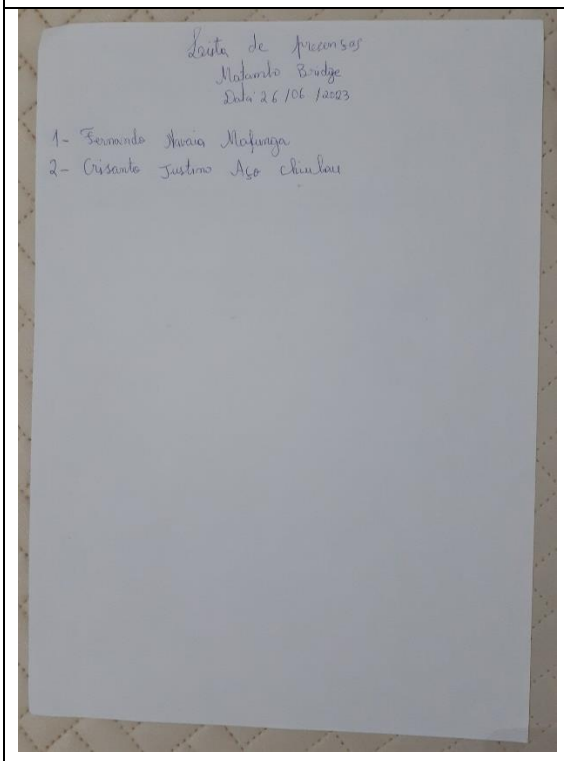
Lista de Presença Matamko Bridge 23 de Junho

1- Assa Paulo Ascado
2- Inocência Sabonete Sangale
3- Abde Eduardo Gumo
4- Bento Lemamo
5- Fernando Alberto Fequete
6- Domingos Ricardo Guente
7- Nasio Conforme Teixeira
8- Rosario Arcanhanda
9- Manita Sonia Chimaima
10- Carlitos Serafone
11- Clara Joaquim Augusto
12- Alberto Domingos José Guente
13- Terne Domingos Ricardo
14- Reines Abilio Mestatha
15- Gabriel Manuel Conforme
16- Denis Telles Faia Ricardo
17- Avelino Fazenda João
18- João Manuel Conforme
19- Ricardo Jorge Paso
20- Valdo João Francisco
21- Patrica Guno
22- Eduardo João Pequeca
23- Baltasar Domingos Guente
24- Samanta António Rangel
25- Manuel Ricardo Mulissão
26- Rita Jandar Marques



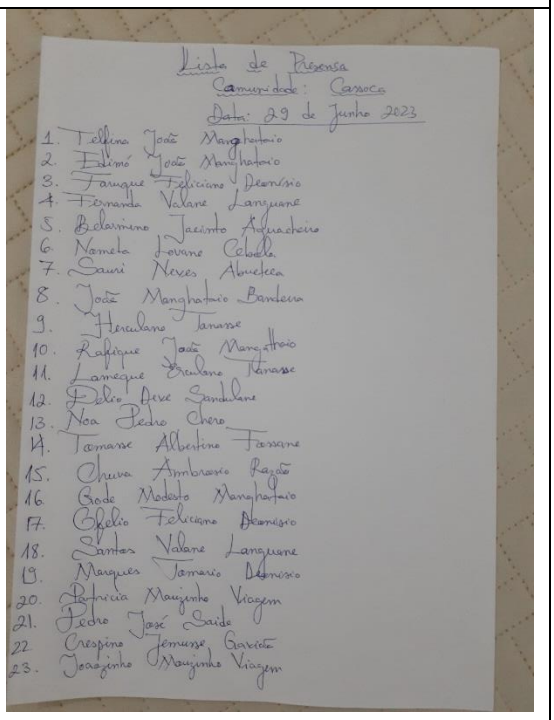
Lista de Presenças Matamko Bridge 29 de Junho

1- Carlos Jorge Paso Teixe.
2- Albertina João Telles.
3- Elizeu Fequete Chimaima.
4- João Paso Teixe.
5- Joaquim Bombozene Ventode.
6- Maria Luisa Ricardo Guente.
7- Celestino Alho Videzito.
8- Jorge Paso Teix.



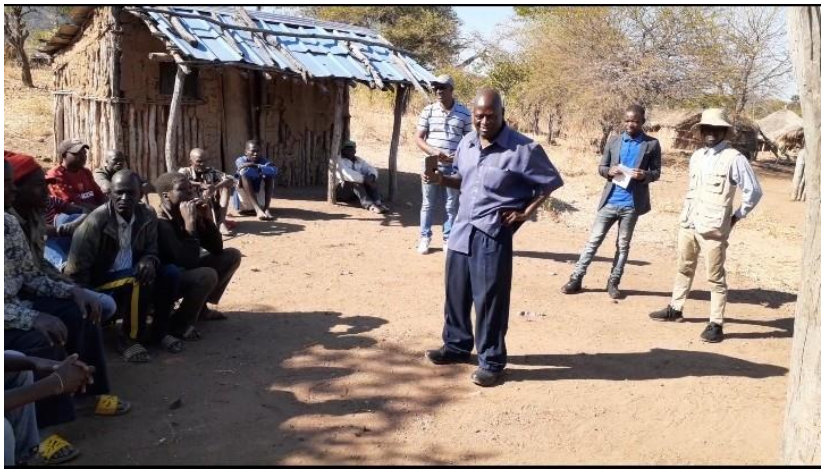
Lista de presenças
Matamko Bridge
Data 26/06/2023

1- Fernando Maria Mafunga
2- Crisanto Justino Aço Chiculau



Lista de Presença
Comunidade: Cassoca
Data: 29 de Junho 2023

1. Telma Joaõ Manghatario
2. Edimó Joaõ Manghatario
3. Farique Feliciano Deonisio
4. Fernanda Valane Languane
5. Belarmino Jacinto Arduacheiro
6. Nameta Lovane Cebola
7. Sauri Neves Abuchea
8. Joaõ Manghatario Bantena
9. Herculano Tamasse
10. Rafique Joaõ Manghatario
11. Lameque Herculano Tamasse
12. Delio Deve Sandulane
13. Noa Pedro Chero
14. Tamasse Albertino Fassene
15. Chuva Ambrosio Rapaõ
16. Grade Modesto Manghatario
17. Obelio Feliciano Deonisio
18. Santos Valane Languane
19. Marques Tamario Deonisio
20. Patricia Maizinho Viagem
21. Pedro José Saide
22. Crespino Jemusse Garrido
23. Joaozinho Maizinho Viagem





Acta da 4ª Consulta Pública

Informações Gerais	
Número do Encontro	75 em Cahora Bassa e 50 em Marara
Data	27/7/2023 em Marara e 28/7/2023 em Cahora Bassa
Local	Cahora Bassa e Marara
Tópico do Encontro	Quarta Consulta Pública
Hora	08:30 – 13:00
Participantes	
• MTA • Governador da Província de Tete • A Comissão Provincial de Reassentamento (SPA, SPAE, DPDTA – DOT); • A Comissão Distrital de Reassentamento (SDPI, SDAE, Chefe dos Postos Administrativos e Localidade); • Sociedade Civil, ONGs • Director de SDEJT • Director de SDPI • Director do SDAE	

<table>
<tr><td colspan="3">• Director do registro criminal
• Membros da Comunidade (PAPs, Líderes Comunitários)
• Consultores da Verde Azul Consult, LDA</td></tr>
<tr><td colspan="3">Encontro</td></tr>
<tr><td>Abertura do encontro</td><td colspan="2">O administrador iniciou cumprimentando todos os participantes, e em seguida questionou a presença deficiente dos agregados familiares afectadas e dos seus acompanhantes nesta consulta pública.</td></tr>
<tr><td>Objectivos /agenda da reunião</td><td colspan="2">Discussão final dos detalhes do reassentamento.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Sessão de Debate</td></tr>
<tr><td>Interveniente - Instituição</td><td>Questão /Comentário</td><td>Resposta/Comentário</td></tr>
<tr><td>Miguel Luís Coutinho – membro do Serviço Provincial do Ambiente:</td><td>A lei de reassentamento diz, quando perdes uma casa, recebes uma casa, e o tipo de casa a receber já esta estabelecida na lei moçambicana e frisou que para o caso das machambas, quando perde uma machamba, ganha uma machamba, mais subsidio de pagamento de uma indemnização de tudo que existir na machamba, caso lá tenha milho, mapira, árvores, plantas, entre outros, a pessoa tem que ser compensada e frisou ainda que ate lá a lei moçambicana diz que a terra é propriedade do estado, nunca se vende nem é alienável. A lei moçambicana diz que no reassentamento tem que existir ruas estruturadas, corrente eléctrica, água, escola, centro de saúde e um centro infantil e isso não é assunto de negociação, isso está escrito na lei de reassentamento e não é um favor que nós devemos pedir.</td><td rowspan="4">O Sr. Vagner Languene – EDM: Respondeu a todos os comentários/questões:

Cahora. Bassa é como se fosse uma loja grande de Moçambique de venda de energia, por isso é que essa energia não é só para Moçambique. Outros países começaram a pedir energia ao governo de Moçambique, como Malawi, Tanzânia, Africa do Sul, etc, então esses todos países dependem desse projecto. Desta forma, é nesse contexto que o governo de Moçambique aproximou ao banco africano de desenvolvimento solicitar financiamento para realizar esse projecto. A ideia é transportar energia de Songo para Matambo, depois da Matambo será transportada para Zâmbia, Malawi, Tanzânia e nesse contexto que o governo de Moçambique pediu financiamento para executar esses projectos. Nos como EDM estamos a seguir as recomendações feitas pelo governo central, na posição do MTA, governo provincial, governo distrital de Cahora Bassa sobre as recomendações a melhorar no documento que o consultor produziu, nos como EDM nos comprometemos a cumprir para melhorar o documento.</td></tr>
<tr><td>Narciso Bero Américo Patrício - membro do Serviço Provincial do Ambiente</td><td>No local de reassentamento devem ter disponíveis todas aquelas infraestruturas que estão descritas na lei de reassentamento. Deve se organizar reuniões com grupos focais para ser discutido como vai ser gerida a questão de gestão de reclamação deste processo.</td></tr>
<tr><td>Ruth Vasco - PAP</td><td>Gostei da reunião, só não gostei da porta do modelo da casa porque pode não nós defender na época chuvosa, e recomendou a se verificar a questão da porta com um bom material de modo que seja mais resistente.</td></tr>
<tr><td>Rafael Paulo -PAP</td><td>Não gostei do valor de compensação que foi colocado no meu recibo, pois este só serve para comprar terreno. O Administrador perguntou qual é o valor e este respondeu 124 000 Mts, o Paulo</td></tr>
</table>

	porém acrescentou que dispõe de uma casa T3, uma dispensa, varanda, cozinha, casa de banho, pocilga, galinheiro, árvores e machamba.	
Pita Camanica -PAP	O levantamento não foi bem feito devido a diferença entre as áreas, há quem tem uma área pequena, mas recebe mais que aquele que tem uma área maior, tornando assim alguns casos não muito justos.	
Celestina Milione Bomba - PAP	Ela informou que no acto de levantamento questionou se seria indemnizada pelas casas, e queria saber porque é que ela não terá o valor da indemnização e falou sobre o assunto de água dizendo "eu não tenho condições de bombar água por causa da idade sendo que na minha própria casa disponho de uma torneira, por isso vai se tornar difícil residir nessa casa de reassentamento", e acrescentou que ela tem outro terreno e pedia que em vez de construírem a casa em Maroeira, pedia que fosse construída no terreno que situa se em Songo.	

ANEXO 3. **FORMULÁRIO PARA REGISTO DE RECLAMAÇÕES**

RECLAMAÇÃO Nº_____

1. Identificação do reclamante

1.1. *Nome do reclamante: _____

1.2. Organização ou Grupo (se aplicável): _____

1.3. *Morada: _____

1.4. *Telefone: _____

1.5. Nacionalidade: _____

1.6. *B.I./passaporte (ou outro doc. válido) nº _____emitido em _____por_____

1.7. *Data de nascimento: _____/_____/_____

2. *Instituição reclamada: _____

3. *Descrição da Reclamação:

3.1. Data da Reclamação: [___/_____/_____]

_____
_____

4. *Resposta dada:

4.1. Data da Resposta da Reclamação: [___/_____/_____]

_____
_____

Local e data: _____, _____ de _____, de 20____.

*Assinatura do reclamante:

_____

Documentos a anexar: Fotocópia do B.I./doc.de identificação, credencial/procuração, se não for o próprio e cópia da reclamação feita e não respondida ou cópia da resposta da reclamada.

*Campos obrigatórios